



GONZALO RENATO NÚÑEZ MELGAR.

**MANAUS, OS RASTROS DA MATRIZ HISTÓRICA – AS MARCAS DA MEMÓRIA
URBANA ENFRENTADA AO VESTÍGIO ICONOGRÁFICO.**

MANAUS/AM

2021

GONZALO RENATO NÚÑEZ MELGAR.

MANAUS, OS RASTROS DA MATRIZ HISTÓRICA – AS MARCAS DA MEMÓRIA
URBANA ENFRENTADA AO VESTÍGIO ICONOGRÁFICO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade do Amazonas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas (Teoria, História e Crítica da Cultura)

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Jorge Tupinambá do Valle

MANAUS/AM

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária responsável: Sásala Maciel CRB11/673 AM

M521m Melgar, Gonzalo Renato Núñez

Manaus, os rastros da matriz histórica – as marcas da memória enfrentada ao vestígio iconográfico / Gonzalo Renato Núñez Melgar; orientador Geraldo Jorge Tupinambá do Valle. - - Manaus: [s.n.], 2021.

113fs.: il. color.; 30 cm + 1 CD-ROM (versão digital).

Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). Escola Superior de Artes e Turismo. Universidade do Estado do

1. Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas 2. Urbanismo na Amazônia 3. Cultura Amazônica 4. Morfologia Urbana 5. Fotografia I. Valle, Geraldo Jorge Tupinambá do II. Manaus, os rastros da matriz histórica.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – www.uea.edu.br

Sistema Integrado de Bibliotecas Biblioteca
Setorial de Artes e Turismo
Av. Leonardo Malcher, 1728 – Ed. Professor Samuel Benchimol Centro –
CEP 69010-170 – Manaus-AM.

Nome: MELGAR, Gonzalo Renato Núñez

Título: Manaus, os rastros da matriz histórica – As marcas da memória urbana enfrentada ao vestígio iconográfico.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas. PPGICH/UEA

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. GERALDO JORGE TUPINAMBA DO VALLE (Orientador – Presidente)

Instituição: UEA/PPGICH

Julgamento: _____

Prof. Dr. ERNESTO RENAN MELO DE FREITAS PINTO (Membro Interno)

Instituição: UEA/PPGICH

Julgamento _____

Prof. Dr. OTONI MOREIRA DE MESQUITA (Membro Externo)

Instituição: UFAM

Julgamento: _____

Para Nicolás.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e amigas, colegas da Turma 2019 PPGICH/UEA, pelo companheirismo e aportes valiosos durante esta jornada acadêmica.

Aos professores e professoras do programa, que nos ofereceram generosamente seu olhar crítico.

À Universidade do Estado do Amazonas, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

À Geraldo, pela dificuldade que tenho em colocá-lo nesta secção de agradecimentos; por que ele sempre significou algo maior. Obrigado.

RESUMO

MELGAR, G. R. N. **Manaus, os rastros da matriz histórica – As marcas da memória urbana enfrentada ao vestígio Iconográfico.** 2021, Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2021).

A cidade de Manaus, um caso particularizante da implantação de um modelo produtivo dominante, de escala global, num lugar de origem simbólico – mítico onde seus habitantes estabeleceram seus modos de fazer e edificaram uma cidade que se caracteriza pela complexidade espacial, a dificuldade no planejamento do solo urbano, a segregação espacial e a criação de códigos estéticos próprios desta disrupção. Os modos de produção do espaço, seu determinismo econômico e suas dependências contrastam conceitualmente com a fotografia como ferramenta discursiva dialeticamente oposta. Na compreensão deste território múltiplas epistemologias se entrecruzam interdisciplinarmente tendo como resultado um olhar tanto científico como artístico, tanto racional como simbólico, o espacialmente mensurável se complementa com a linguagem subjetiva da imagem iconográfica. A fotografia é apresentada como um processo da causalidade daquilo que não temos um domínio, a explicação Kantiana exprime todo o sentido da subjetividade e a falta de controle da realidade, antagonicamente procuramos na interpretação marxista dos processos produtivos aqui implantados uma compatibilidade aparentemente inexistente com o sentido da compreensão simbólica, neste ponto o componente mítico surge como parte indispensável na interpretação das nossas realidades locais, considerado essencial no pertencimento das sociedades na América Latina, esta característica de ambivalência é um valor das nossas culturas que souberam adaptar-se aos processos de colonialidade. Finalmente reconhecer o valor do papel planificador do profissional arquiteto urbanista para poder ressignificar o sentido máximo da sua função social.

Palavras – chave: Urbanismo na Amazônia. Cultura Amazônica.

ABSTRACT

MELGAR, G. R. N. **Manaus, the traces of the historical matrix - The marks of urban memory faced with the iconographic vestige.** 2021, Dissertation (Interdisciplinary Master in Human Sciences - Interdisciplinary Graduate Program in Human Sciences, State University of Amazonas, Manaus, Amazonas, 2021).

The city of Manaus, a particularizing case of the implantation of a dominant productive model, on a global scale, in a place of symbolic - mythical origin where its inhabitants established their ways of doing and built a city that is characterized by spatial complexity, the difficulty in planning urban soil, spatial segregation and the creation of aesthetic codes proper to this disruption. The modes of production of space, its economic determinism and its dependencies conceptually contrast with photography as a dialectically opposed discursive tool. In the understanding of this territory, multiple epistemologies are interdisciplinarity intertwined, resulting in a scientific and artistic view, both rational and symbolic, the spatially measurable complement with the subjective language of the iconographic image. Photography is presented as a process of causality of what we do not have a domain for, the Kantian explanation expresses the whole sense of subjectivity and the lack of control of reality, antagonistically we seek in the Marxist interpretation of the productive processes implanted here a compatibility that does not exist with sense from the symbolic understanding, in this point the mythical component appears as an indispensable part in the interpretation of our local realities, considered essential in the belonging of the societies in Latin America, this characteristic of ambivalence is a value of our cultures that knew how to adapt to the processes of coloniality. Finally, to recognize the value of the planning role of the professional urbanist architect to be able to re-signify the maximum sense of his social function.

Keywords: Urbanism in the Amazon. Amazonian Culture.

SUMARIO

1 APRESENTAÇÃO.....	10
2 ALCANCE METODOLOGICO.....	17
2.1 SOBRE OS LUGARES ENFRENTADOS AO TEMPO E A IMAGEM.....	17
2.1.1 OS CRITÉRIOS DE ESCOLHA E CLASSIFICAÇÃO DAS IMAGENS.....	17
2.1.2 O RESGATE DAS IMAGENS.....	17
2.1.3 COMO SITUAR CADA IMAGEM NO LUGAR E NO TEMPO.....	17
3 INTRODUÇÃO	18
4 PROLEGÔMENOS DAS CONDIÇÕES DETERMINANTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MANAUS	23
4.1 SOBRE O “PODER FAZER”	27
4.2 SOBRE A MORFOLOGIA URBANA E A IDENTIDADE:	31
4.3 SOBRE A MIRADA MARXISTA NA QUESTÃO URBANA.....	34
4.4 A INIQUIDADE DO PAPEL SIMBOLICO DO INTELECTUAL	36
4.5 CONCLUSÕES DO CAPITULO	38
5 SOBRE OS VESTÍGIOS URBANOS E OS DA IMAGEM	43
5.1 O ENFOQUE KANTIANO NA FOTOGRAFIA COMO FERRAMENTA DISCURSIVA FRENTE AO MARXISMO EM SOCIEDADES DE ORIGEM NÃO ACUMULATIVA.....	43
AFIRMAÇÃO 1	49
6 A EXPLICAÇÃO MÍTICA DO TERRITÓRIO OU UMA DIMENSÃO DA COMPREENSÃO DA REALIDADE AMAZÔNICA	61
6.1 O MITO: A COMPLETUDE DA VISÃO MARXISTA FRENTE A CONSTRUÇÃO MÍTICA.....	61
6.2 DOS IMPACTOS DO MODO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA IDENTIDADE AMAZÔNICA.....	66

6.3 ... E A IRREFUTÁVEL POTÊNCIA DA AMAZÔNIA DISSE: “COM TODA A CERTEZA TE ASSEGURO QUE TU ME NEGARÁS TRÊS VEZES”	70
6.4 DO QUADRO PATOLÓGICO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO	71
6.5 O COMPORTAMENTO FRAGMENTADO DA CIDADE OU DA INCOMPLETUDE CONECTIVA	77
6.6 DA RELAÇÃO DA PROPRIEDADE E VALORIZAÇÃO DO SOLO E O CASO PARADOXAL DA PALAFITA	81
6.6.1 O EXTERMÍNIO DAS TIPOLOGIAS DA MORADIA AMAZÔNICA:.....	81
6.6.2: O CASO PALAFITICO:	82
6.7 DA REALIDADE URBANA O PAPEL PLANIFICADOR E DA UTOPIA ORGANIZACIONAL.....	85
6.8 SOBRE A IDENTIDADE AMAZÔNICA NOS PROCESSOS DE DESFIGURAÇÃO DA ÚLTIMA ETAPA DO CAPITALISMO NO ESPAÇO URBANO DE MANAUS.....	86
6.9 IDENTIDADE – A VISÃO SOBRE O ORIUNDO, A VISÃO ROMÂNTICA E O DISCURSO OBSTRUCIONISTA	90
6.10 SOBRE O CAPITALISMO EM FASE TERMINAL E SUAS REPERCUSSÕES AMAZÔNICAS.....	95
7 O URBANO OU ESPAÇO CULTURAL	98
7.1 A NEGAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E O DISCURSO DO PROGRESSO	98
7.2 OS COMPREENÇÃO DA REALIDADE CULTURAL E O COMPROMISSO DA CLASSE PROFISSIONAL DE ARQUITETOS URBANISTAS	104
8 BIBLIOGRAFIA	112

1 APRESENTAÇÃO

Conheci Manaus pela primeira vez em 2001, vinha de férias na minha terceira viagem pelo Brasil e a segunda na Amazônia, curiosamente não conheço a Amazônia peruana, provenho de uma cidade mestiça, encravada na mais ocidental cadeia montanhosa do sul dos andes peruanos, de cara ao oceano pacífico numa altitude de 2335 m nasci ao pé de três vulcões, no ponto mais longínquo do rio Amazonas, sempre me resultou curiosa a apropriação terminológica do rio Amazonas por parte dos vizinhos de fala portuguesa, para nós o rio Amazonas resulta da junção dos caudalosos Ucayali e Marañón, depois fui saber que passada a fronteira nacional perdia seu majestoso nome - batizado no contato de Francisco de Orellana no rio Marañón - a ser chamado de rio Solimões, que nela leva as impressões da violenta erosão dos andes e já em território brasileiro muito perto da cidade de Manaus se unia com a bacia do Negro para recuperar o nome que a história peruana já tinha dado.

Depois de quinze anos nesta cidade radicado é impossível não deixar de tecer imaginários paralelos entre meu lugar de origem e o de permanência, historicamente a cidade de Manaus teve uma prima distante peruana, que repetia em solo peruano o período mitificado da abundância da borracha, Iquitos. Mas que ela, à diferença de Manaus, não teve um segundo momento de prosperidade econômica. E neste ponto começam a surgir as contradições, é óbvio que o abandono e isolamento da principal cidade amazônica peruana tem, permitiu que os processos econômicos não ocorressem de forma tão violenta ao ponto de tornar-se ilegível a sua relação histórica com o seu território, como acontece em Manaus. – Levo como argumento discursivo da subjetividade da percepção da paisagem, contrastada com os processos históricos impressos na concretude do espaço – e vemos que em Iquitos é possível reconhecer que o ethos está definido pelas estratégias de pequena escala e que está fortemente ligada a uma estética regional - local, perceptível nas tipologias de moradia e nas dinâmicas próprias das atividades econômicas de escala regional.

Num Congresso de Sustentabilidade na Amazônia, que tinha ocorrido na sua primeira edição em Iquitos e na segunda em Manaus, conheci a uns colegas arquitetos

peruanos e o que me surpreendeu é que na visão deles “o sonho de progresso” [sic] era ver Iquitos transformada em Manaus. E entendi que, de certo modo, Iquitos é a Manaus congelada no tempo do declínio da borracha, não só na sua persistência no modelo produtivo perdido, mas principalmente pelo reconhecimento daqueles mesmos argumentos que desqualificam o saber local e suas expressões, neste caso urbanas. E assim na impossibilidade de transformação burguesa impulsada por um pensamento de país que termine por desfigurar todo passado, Iquitos sonha com ser Manaus e meu sonho é que Manaus recupere sua Iquitos.



Imagem Número 1
Classificação: a) A área fundacional, ressaltando a transformação do território nas bordas urbanas e nos aterros dos igarapés.
Orla de Manaus 1882, gravura Charles Wiener, na sua obra "A Volta ao Mundo"
Fonte: Le Tour de Monde.



Imagem Número 2
Classificação: a) A área fundacional, ressaltando a transformação do território nas bordas urbanas e nos aterros dos igarapés.
Fotografia da Orla Central de Manaus Agosto de 2013, Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar.

Esta reflexão está circunscrita no significado amplo da cultura e a natureza, em algum ponto do nosso entendimento positivista e arrogante consideramos como um grande valor cultural: a renúncia na identificação das nossas raízes milenares, aceitando a impositação dos códigos estéticos e formais vindos da Europa, sem nos apercebermos do nosso tempo, da nossa velocidade. Legitimamos e perpetuamos o reconhecimento do exógeno, à luz do acionar institucionalizado. Romantizamos nossa transculturação e nos identificamos nela, aceitando a desfiguração gradual e espúria, manifestos na imposição dos símbolos de riqueza nos fizeram obliterar os da urgência, os da desigualdade, os da marginalidade. (estes três últimos sempre associados ao oriundo, o índio, o caboclo, o ribeirinho).

A função aparentemente teleológica do homem desbravador da Amazônia, esconde trás de si um aparato institucional que no mesmo tempo que impulsiona o desenvolvimento infraestrutural, legitima a ação transformadora e quanto mais se afasta das condições impostas pelo território, maior é a distância cultural dos sujeitos estratificados, nesta luta pela adaptação, imposta por uma nova escala de produção do espaço, a cidade perdeu seu encantamento, se tornou uma máquina funcional insensível definida pelo mercado, a prevalência do espaço abstrato de Lefebvre em Manaus é rasgo da sua identidade – ou falta de -.

Contemporaneamente as escalas produtivas aceleraram a produção do espaço, neste ponto a teleologia responde ao poder fazer dentro da necessidade e perpetuar no espaço aquilo que no momento era meramente emergencial.

Para poder ter exercício pleno da minha profissão no Brasil, passei por uma odisseia burocrática de quatro anos – dois anos e meio no processo de revalidação do diploma na Universidade Federal de Pelotas e posteriormente um ano e meio no registro profissional – obtendo finalmente a plenitude legal do exercício profissional e após estudos de pós graduação em Urbanismo na Amazônia, iniciei em 2008 minha carreira docente, como professor de planejamento urbano, projeto arquitetônico e curiosamente professor de História da Arquitetura no Brasil, fato que causou certo receio por parte do meu grupo de estudantes, -este conteúdo disciplinar foi um dos exigidos (dentre outros)

para poder garantir o diploma revalidado- tendo amplo conhecimento a respeito das primeiras formações urbanas na costa brasileira, as cidades francesas e holandesas, as principais tipologias construtivas da colônia, como o império da taipa de pilão relatada por Nestor Goulart Reis Filho¹, as ocupações jesuíticas no sul do país, as casas alpendradas, a missão francesa, a chegada da vanguarda modernista e o ponto alto na construção de Brasília, maravilhosamente relatado no já clássico “Arquitetura contemporânea no Brasil” e Yves Bruand². Enfim, minha primeira grande aproximação com o Brasil foi a partir da Arquitetura e Urbanismo.³

Houve um momento, agora perdido, onde despertamos o interesse do pensamento coletivo para a região amazônica, onde o aporte acadêmico fazia parte do verdadeiramente possível, assim sediamos e organizamos eventos com participação de redes de pesquisa e grupos temáticos orientados à arquitetura e o planejamento urbano regional. Um dos primeiros em participar foi o programa *S.O.S. Ciudades*, do *Taller Sudamérica* da Universidade de Buenos Aires, organizamos a edição Manaus 2012 que congregou a mais de 250 alunos de 8 países, 26 Universidades e contou com a participação das cinco escolas de arquitetura da cidade, diferentes equipes de conformação multinacional produzem propostas urbanas com um alto grau de resolução conceitual e que plasam uma crítica ao modelo produtivo posto. Soluções contemporâneas a problemas históricos oriundos da nossa realidade urbana, entendidos desde a alteridade. Propiciou viagens de estudos internacionais que se reeditam anualmente em novos territórios da região Sul e Centro Americana e o Caribe.

¹ Nestor Goulart Reis Filho tem diversa obra, explica os processos da urbanização brasileira da colônia até o momento pré modernista.

² Yves Bruand não sendo arquiteto apresentou com minucia histórica o ponto álgido da arquitetura moderna brasileira.

³ Passei cinco anos como docente na ULBRA – Manaus, que foi a pioneira no ensino de Arquitetura e Urbanismo na cidade, e na sequência e até a atualidade, como professor efetivo vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amazonas, nas carteiras de Planejamento Urbano, Projeto Arquitetônico, e Fotografia*. Desenvolvo pesquisa urbana como ferramenta metodológica de aproximação à realidade territorial, como ponto de partida para posterior ensaio projetual.

Posteriormente recebemos a representantes do South American Project que conta também com uma ampla rede de arquitetos e urbanistas da região, um programa da Universidade de Harvard e que conta com o financiamento do *The David Rockefeller Center for Latin American Studies* e com eles reeditamos a experiência em 2012 e 2016 a Universidade de Cornell, nos visitou com uma turma de doutorado que contou com a presença do professor William Balée conhecido pelo seu trabalho em antropologia e etno botânica que se popularizou e revolucionou o conceito de cultura e natureza com seu celebre artigo “Sobre a indigeneidade das paisagens”.

A bussola estava apontando para o coração da Amazônia e despertava verdadeiro e entusiasta interesse, participei na construção coletiva do conhecimento multidisciplinar e multicultural destes eventos, aprendemos muito do “olhar de fora” desprovido muitas vezes de prejuízos e engessamentos locais. As habilidades de cada membro do grupo terminam sendo pedagógicas e contributivas. Mesmo se a comparação nos colocasse em evidente desvantagem. – Representamos disciplinarmente a uma academia retardatária, a cidade de Manaus contou com a sua primeira escola de Arquitetura e Urbanismo no ano de 1992, tendo sua primeira turma de egressos no ano de 1997- Este dado explica nossas assimetrias de ordem acadêmica e o nosso drama urbano⁴.

⁴ hoje a Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amazonas está situada como a segunda melhor avaliada na região norte do Brasil, ENADE – INEP – MEC.

Experiências acadêmicas nos enfrentam a diferentes realidades; mas, para isso, não basta estar, tem que sair, é necessário saber ver, e saber ler. Um aspecto metodológico inerente ao trabalho de planejamento urbano, está relacionado com o conhecimento prévio sobre o lugar, antes de ser vivenciado, percebido; esse reconhecimento não é meramente sensitivo e perceptual, ele tem que estar ancorado na sua base teórico conceitual. Nestas experiências acadêmicas me surpreendi gratamente com o grau de compromisso das escolas de Arquitetura e Urbanismo que nos visitaram. A modo de contributo complementar é comum apresentar aos colegas forâneos os assuntos que definem a agenda contemporânea urbana deste lugar. Infelizmente esta curiosidade acadêmica foi minguando na mesma medida que as pautas inclusivas própria dos governos progressistas foram apagadas violentamente e junto a elas o sentido da democracia.

Outro aspecto criativo que pode definir meu trabalho é a fotografia, a produção da imagem como ferramenta discursiva e interpretativa da realidade é algo que sempre me instigou, reconhecendo nela o exercício da liberdade em enfatizar aquilo que provem do recorte do todo o que é visível - e também de tudo o que contem essa compreensão -, termina por revelar inexoravelmente nossa incompreensão do todo. Nesse jogo multiprismático o produto final, a fotografia, se torna instrumento da interpretação que um terceiro agente legitimara com seu discurso.

Quando entrei neste programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, encontrei a possibilidade de desenvolver teoricamente aquilo que faz parte da minha definição como sujeito. Contraditório levando em conta que a compreensão é uma tentativa aproximativa, mas que dentro desse aparente envelope de explicação fenomenológica, está subjugado ao reconhecimento do concreto, do substancialmente histórico, definido pelas relações de poder e a materialidade expressa no fenômeno espacial urbano.

2 ALCANCE METODOLOGICO

2.1 Sobre os lugares enfrentados ao tempo e a imagem.

2.1.1 Os critérios de escolha e classificação das imagens:

O trabalho aborda uma série de reflexões críticas sobre a cidade de Manaus nelas as imagens nos situam complementarmente tanto espacial como temporalmente, elas sintetizam a complexidade da territorialidade dentro de quatro grandes momentos, sendo eles:

- a) A área fundacional, ressaltando a transformação do território nas bordas urbanas e nos aterros dos igarapés.
- b) A primeira expansão da cidade de 1920 a 1950, a relação de coexistência da malha urbana e a topografia.
- c) A implantação infraestrutural pré Polo Industrial de Manaus
- d) A expansão operária o adensamento da zona norte e leste.

2.1.2 O resgate das imagens:

Metodologicamente a seleção das imagens de arquivo deverá ser contrastada com fotografias de registro cronologicamente recente com a intencionalidade de evidenciar:

- i. O grau de transformação do território.
- ii. As atividades e modos de vida retratados no uso dos espaços.
- iii. As permanências e o esquecimento da cidade.

2.1.3 Como situar cada imagem no lugar e no tempo:

Para poder situar cada imagem selecionada, no pé da imagem será classificada por um código alfa numérico onde:

- Primeiro: uma letra corresponde aos critérios de A a D e/ou i, ii, iii. Que representará o momento histórico de acordo com os critérios explanados no subtítulo: 2.1.1 e 2.1.2.
- Segundo: os lugares são apresentados na descrição de cada imagem.

3 INTRODUÇÃO

cicatriz

[Do lat. cicatrice.]

Substantivo feminino

- 01. Med. Marca deixada na pele, ou em outro órgão, pelo tecido fibroso que recompõe as partes lesadas.**
- 02. Fig. Sinal ou vestígio de danificação ou destruição.**
- 03. Fig. Lembrança ou impressão duradoura de uma ofensa, de uma dor moral.**
- 04. Bot. Vestígios deixados em certos órgãos pela queda de outros ligados a eles.**

Tentarei sintetizar aquilo que me motiva a investigar neste trabalho de dissertação, começo pelo que significa “cicatriz” por se tratar de uma impressão histórica, o espaço urbano -este como qualquer outro- é síntese da relação dialética entre estrutura social e o poder político institucional. Em Manaus está fortemente impregnado pelos rastros da decolonialidade. Um lugar – cidade que se caracteriza pela ruptura ocasionada pela imposição produtiva - institucional em contraposição do modo de viver local milenar. Esta relação dialética entre sociedade e institucionalidade, entre a compreensão do concreto de matriz histórica, nela subjazem relações antagônicas de domínio e resistência, deixando evidências físicas nas entre camadas do espaço urbano. Esta dissertação procura estas cicatrizes tendo como ferramenta a iconografia e em específico a produção fotográfica.

A análise proposta estabelece um diálogo crítico multidirecional em busca das marcas deixadas ao longo da produção do espaço urbano de Manaus. Parto da premissa de não ser possível explicar este processo historicamente conflitivo, apenas por uma matriz analítica de ordem teórica. A complexidade na legibilidade deste território exige

abordar dimensões aparentemente opostas filosoficamente, o determinismo produtivo de base marxista, e seus impactos na cultura local, aparentemente não tem tangencialidade com o caráter fenomenológico inerente a produção da imagem fotográfica. Uma é concreta e a outra é simbólica. A compreensão da realidade de base marxista; procura metodologicamente e epistemologicamente enfrentá-lo ao vestígio iconográfico, a partir da fotografia o reconhecimento do que foi apagado, ou do que persiste de modo imanente como rasgo cultural, como forma da habito, que perdura no tempo e que acima da indiferença institucionalizada, ela deixa cicatrizes que nos definem enquanto lugar real. Poderíamos chamá-la de memória.

A chave para o desenvolvimento deste trabalho está na Antropologia Marxista, o desenvolvimento marxiano sobre as sociedades feudais pré-capitalistas indaga na transição produtiva (do redesenho da estrutura social) do modo de produção feudal de domínio aristocrático para a sociedade burguesa industrial. Esta definição é importantíssima para entender os comportamentos que perduram apesar das mudanças produtivas, assim como podem dar elementos de análise nas particularidades locais amazônicas, frente ao paralelo entre a sociedade pré-capitalista feudal e as sociedades não acumulativas da Amazônia, não por se tratar de casos necessariamente comparáveis ou análogos, mas por sofrer as mesmas imposições do capital.

Num outro aspecto a antropologia marxista termina desmitificando a leitura meramente determinista – economicista e ressignifica o valor da estrutura social como produtor de cultura, para além da teleologia individualizada e casuística defendida pela fenomenologia. Godelier⁵ nos oferece ferramentas para compreender que não é relação antagônica; senão hierarquicamente dependente: a base e superestrutura propicia a realização da diversidade cultural ancorada em particularidades subjetivas, e estas particularidades são produto da estrutura, não opositoras a ela.

5 Na sua crítica ao estruturalismo outorga nova legitimidade ao aporte marxista na antropologia.

Nesta delimitação conceitual é que surge o instrumento metodológico de análise, a produção da imagem, e em especial a produção fotográfica. Para reconhecer os aspectos determinantes desta estrutura social reveladas nas cicatrizes enquadradas pelo fotografo.

Como a produção de imagens é infinita, será necessário poliniza-la com aspectos condicionantes para esta análise, encontradas em uma série de reflexões acadêmicas desenvolvidas ao longo da vida como docente. Estas “convicções” podem se resumir no espaço – tempo urbano na colisão formal ocasionada pela morfologia urbana e o remanescente natural territorial. Entendendo que toda operação urbana sensível deveria considerar a preservação da preexistência, como expressão legítima do tecido social e suas relações históricas de convívio.

Este trabalho de ordem discursivo – analítico, tem como desafio contribuir na compreensão dos aspectos produtores do espaço em Manaus e servir como ferramenta crítica para novas operações urbanas que promovam se questionar a respeito da nossa identidade e verdadeiro pertencimento neste território majestoso onde se instalou um *não lugar*, que nos obriga a enfrentar a distopia do possível.

As cicatrizes são o testemunho escrutável do trauma da dor, podemos nos esforçar em tentar esquecer, mas ela ataca ferozmente a memória com o poder da evidencia, nos enfrenta enquanto vítimas, e quando compreendida a causa e o efeito... nos coloca como parte da história e inexoravelmente nos transforma.

Na cidade de Manaus elas estão presentes, de modo tal, que nos produzem complacente indiferença, como se deixar de ver criticamente a nossa realidade, fosse o nosso rasgo de identidade maior..., mas elas permanecem e persistem a nos lembrar que temos, enquanto sociedade, a imperiosa necessidade de nos questionar a respeito do nosso passado.

Este trabalho é uma tentativa de compreender uma cidade amazônica e suas lógicas de organização do e no território através dessas cicatrizes.

Literariamente ou cientificamente em um grande conjunto de conhecimentos. No campo das ciências naturais, incluindo biologia ou medicina as cicatrizes são produtos ou efeitos duradouros de um evento que ao acontecer transforma o conjunto de características morfológicas, organizacionais e infra ou supra estruturais, de composições dos elementos ou mesmo das superfícies dos corpos, sejam eles de que natureza forem. As cicatrizes deixam “rastros”, elas são processos, possuem continuidade no tempo, elas podem inclusive desaparecer se os tecidos (territórios) passarem por reconstituição. As cicatrizes são também de certo modo instantâneos no sentido de imagens que se capturam naquele exato momento. O que pretendemos definir e conceituar na forma de uma aproximação ao tema em nosso trabalho é justamente começar a compreender algumas cicatrizes e os rastros deixados por elas na cidade de Manaus e no seu território.

Esse evento social e histórico (de se produzir cicatrizes de deixar rastros nos territórios, nos tecidos), agora no caso da vida nas cidades, portanto, na vida em sociedade, dotada de um conjunto de discursos e versões da história, que formam história e que em nossa percepção e leitura são produtos, sempre históricos e localizados das lutas de classe, performance da produção dos espaços como cultura, uma cultura que ora é religião, no mundo antigo as cicatrizes e rastros dos “espaços sagrados e simbólicos” (Eliade:2018),(Finley:1998),(Coulanges:2004); e no mundo posterior à chamada modernidade, do século XVI até hoje, com todas as suas nuances e derivações políticas, sociais e culturais, as cicatrizes e os rastros são mecanismos de consolidação de uma ordem que é expressão da exploração dos homens e produto da transformação dos espaços em uma relação econômica o que faz com que essas cicatrizes e rastros não sejam exatamente produto e consequência de relações entre os homens, cicatrizes definidas, produzidas por uma cultura, mas sim a própria noção de cultura seja já formatada para produzir “um tipo” de cicatriz e rastro o que a maioria das

vezes, hoje, torna as cidades um lugar infernal para homens viverem e construírem culturas e relações. Entretanto, justo por serem infernais os aprisiona em um tempo “instantâneo”, um tempo “congelado” dos fazeres humanos do trabalho e todas as suas consequências para a vida social. Sabemos desde Marx que essas vidas sem a capacidade de criar e produzir cultura e criação, aqui no sentido de criatividade como o que há de mais humano nesse momento, são vidas vazias, esvaziadas de sua humanidade que serão usurpadas dos seus espaços justo de: humanidade. Serão espaços estéreis com suas cicatrizes e rastros sem consistências e presenças, sem tempos.

Então essas cicatrizes não serão produto de criação humana como intervenção para gerar e construir nos espaços uma e múltiplas identidades, mutantes, mutáveis e velozes como afinal devem ser as vidas como produto de muitas e muitas relações. Essas cidades se tornam universais e universais são suas cicatrizes e rastros. Os problemas de Manaus são os mesmos de Nova Iorque e que serão os mesmos de Nova Delhi e assim por diante. Nas cidades hoje, fica complexo inclusive saber como foi o ontem, que vidas e experiências foram construídas na semana passada, o tempo de construção das memórias se encurtou, virou instantâneo e por isso tudo vira patrimônio, aparecer em uma página na internet torna o evento, o show, o grupo ou os indivíduos patrimônios culturais de um certo número – às vezes gigantescos números, de pessoas, que formam um gueto, mas um gueto com certas características, só o são mesmo, naquele momento, naquele instantâneo, e depois se dissolvem e consomem um outro conteúdo, uma outra produção do espaço que será por sua vez destituído dali a tanto tempo. Cicatrizes fugazes e rastros velozes. Contra tudo isso pretendemos começar a lutar com essa dissertação e muito tem ainda a ser desenvolvido. Estamos só no começo.

O geógrafo Milton Santos em um livro sobre o centro histórico de Salvador cria um conceito que o acompanhará toda a sua vida e obra, e, suas variações ao longo do tempo irão incorporar outros elementos da compreensão dando-nos a capacidade operacional de entender do “lugar” ao “global” com todas as implicações de escala. Esse conceito que ele denominou de “rugosidades”, ou seja, as marcas que ficam e que

sobram dos centros históricos das cidades brasileiras, naquele caso, a cidade de Salvador nas décadas de 1950 e 1960. As rugosidades de Salvador são os espaços e lugares que tentaram (a sociedade e os homens) e conseguiram em maior ou menor grau se proteger da destruição e nos trouxeram até o momento um testemunho de uma história, de um processo, que aqui estamos chamando de “cicatrizes” e “rastros da matriz histórica” e que ao entendermos seus processos chamaremos aqui e depois em outros trabalhos de “distopias do possível”. Por isso foi importante construir essa apresentação e aproximação com a cidade de Manaus.

4 PROLEGÔMENOS DAS CONDIÇÕES DETERMINANTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MANAUS.

Um dos aspectos mais fascinantes e instigantes que permeiam o ideário da produção do espaço urbano está no fato de que ele encontra suas razões, aquelas que permitem a construção do pensamento complexo, que decodifica uma realidade concreta ou simbólica, para posteriormente poder elaborar uma série de abstrações que serão as ferramentas que operacionalizam o território.

A explicação dos modos de produção do espaço na Amazônia e especificamente em Manaus requer desconstruir o pensamento das oposições dualistas. Apresenta-se incompleta ao abordar uma reflexão de ordens históricas superpostas e nunca apagadas totalmente; afinal, toda forma de ordem instituído(a) é manifesto(a) no espaço, seja como instrumento de ordenamento ou de imposição à sociedade, seja pelo modo como esta sociedade resiste aos modos de dominação institucional.

A ambiguidade que importa, a ambivalência produtora de sentido, o alicerce genuíno sobre o qual se assenta a utilidade cognitiva de se conceber o hábitat humano como o “mundo da cultura”, é entre “criatividade” e “regulação normativa”. As duas ideias não poderiam ser mais distintas, mas ambas estão presentes – e devem continuar – na ideia compósita de “cultura”, que significa tanto inventar quanto preservar; descontinuidade e prosseguimento; novidade e tradição; rotina e quebra de padrões; seguir as normas e transcendê-las; o ímpar e o regular; a mudança e a monotonia da reprodução; o inesperado e o previsível.

A ambivalência central do conceito de “cultura” reflete a ambiguidade da ideia de construção da ordem, esse ponto focal de toda a existência moderna. A ordem construída pelo homem é inimaginável sem a liberdade humana de escolher, a capacidade humana de se erguer acima da realidade pela imaginação, de suportar e devolver suas pressões. Inseparável, contudo, da ideia de uma ordem construída pelo homem está o postulado de que essa liberdade deve afinal resultar no estabelecimento de uma realidade a que não se possa resistir – na noção de que a liberdade deverá ser empregada a serviço de sua própria anulação....

.... A ideia de cultura foi uma invenção histórica instigada pelo impulso de assimilar, do ponto de vista intelectual, uma experiência inegavelmente histórica. E, no entanto, a ideia em si não podia apreender essa experiência de outra maneira senão em termos supra-históricos, da condição humana como tal. As complexidades reveladas no curso do confronto de uma tarefa historicamente determinada de construção da ordem (nenhuma determinação se impõe, como assinalou Gadamer, a menos que seja reconhecida como tal) foram elevadas à categoria de paradoxos existenciais da humanidade, por meio da ideia de cultura como propriedade universal de todas as formas humanas de vida.

(BAUMAN, 2012, p.11,12)

Nesta explicação de Bauman, sobre a condição da produção da cultura e entendendo que o espaço urbano é também o espaço da cultura, é evidente que esta forte polarização entre ordem e espontaneidade seja uma característica chave na tarefa de construir uma narrativa que envolva a cidade e o valor da identidade. Portanto, o problema é espacial, como resultante do “poder fazer”, mas principalmente é entender

que dentro desse possível, que permitiu que a cidade seja o que é posto hoje, há por trás um palimpsesto de estratégias nas quais os interesses e as necessidades são bifurcadas ao ponto de torna-se invisíveis e o que é pior... dada a sua complexidade, desalentadoras no momento de reconhecer que a cidade é também a imposição de múltiplos discursos e nesses discursos o espaço é a sua decorrência.

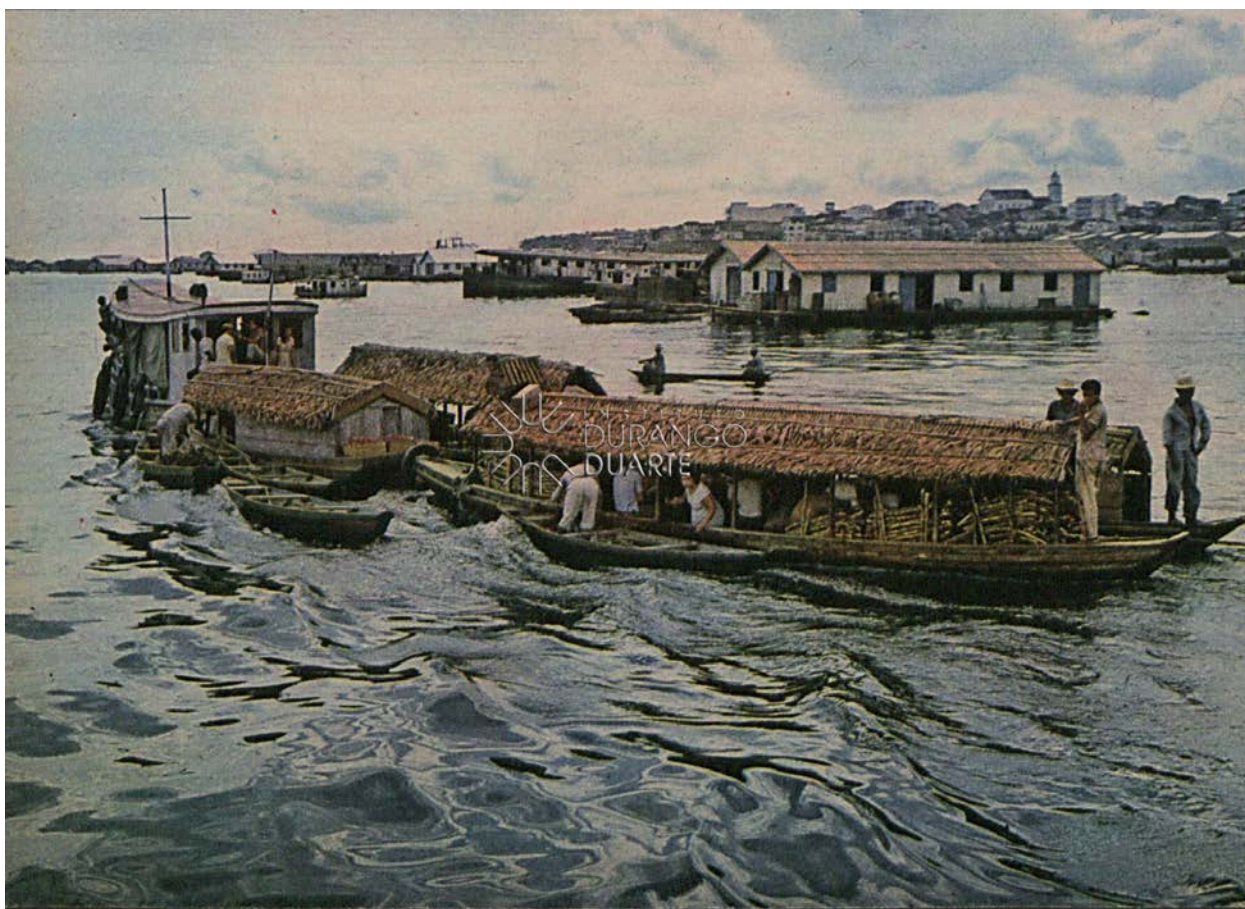


Imagem Número 3
Classificação: a) A área fundacional, ressaltando a transformação do território nas bordas urbanas e nos aterros dos igarapés.
A cidade Flutuante em 1963.
Revista Manchete, Rio de Janeiro – Edição 594, 07 de setembro de 1963.
(Imagens extraídas do acervo da Biblioteca Nacional Digital – Brasil)
Fonte: Instituto Durango Duarte.



Imagem Número 4

Classificação: a) A área fundacional, ressaltando a transformação do território nas bordas urbanas e nos aterros dos igarapés.

Atividades comerciais flutuantes na Orla do Rio Negro outubro de 2016.

Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar

Outra característica importante própria do território e sua territorialidade (consolidação histórica) é o aspecto da delimitação territorial, aquilo que Bauman denomina como “categoria étnica” que define toda identidade. Neste caso em Manaus esta condição de delimitação territorial não apenas circunscreve os fatores culturais senão que os enfrenta ao contraste do território aparentemente natural e inalterado. Forte contradição à luz da interpretação do território e sua transformação elaborada por William Balée onde diz:

“As culturas estão encravadas em ambientes construídos, vivos, que são no final das contas antropogênicos em termos de biota e sua diversidade, ainda que antropogênicos de uma maneira diferente. Esses não são artefatos industriais ou pós-industriais da civilização do oeste. Eles não são paisagens híbridas no senso de que sua formação foi influenciada pela tecnologia neo-européia, com algumas exceções.”

(BALÉE, 2008, p.17)

Esta hipótese termina por redefinir o sentido do espaço natural na Amazônia, que culturalmente teria transformado e ampliado sua Cultura na de transformação do território, isto para além do espaço urbano, assim sendo a dicotomia artificial – natural, natural – construído, morfologia – território, cobram uma nova dimensão no desafio da sua compreensão, quanto mais na explicação da implantação, consolidação e transformação do espaço urbano. O que temos posto hoje como realidade espacial, enfrentado a estas duas compreensões: a primeira, da oposição entre institucionalidade e identidade (Cultura) e a segunda, da resignificação do natural - amazônico; deveria reelaborar as narrativas e modos de fazer e pensar o urbano.

4.1 SOBRE O “PODER FAZER”

Um dos aspectos mais dramáticos da criação e consolidação do espaço urbano de Manaus se caracteriza pela “perpetuação da necessidade” que significa fazer aquilo que é determinado pela urgência e pela falta de planificação técnica adequada, o resultado é paradoxalmente problemático, de um lado temos a precariedade da qualidade espacial, criada a partir da omissão do poder público no seu papel planejador e gestor do solo urbano... e de outro, o valor cultural fruto da expressão social que estabelece suas estratégias para o uso e consumo do espaço urbano.

Uma outra referência precisa melhor uma segunda determinação desta pesquisa. Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault substitui a análise dos aparelhos que exercem o poder (isto é, das instituições, localizáveis, expansionistas, repressivas e legais) pela dos “dispositivos” que “vampirizam” as instituições e reorganizam clandestinamente o funcionamento do poder: procedimentos técnicos “minúsculos”, atuando sobre e com os detalhes, redistribuíram o espaço para transformá-lo no operador da “vigilância” generalizada. Problemática bem nova. No entanto mais uma vez, esta “microfísica do poder” privilegia o aparelho produtor (da disciplina), ainda que, na “educação”, ela ponha em evidência o sistema de uma “repressão” e mostre como, por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais. Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados?”), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.

Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. Elas colocam questões análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas....

(DE CERTEAU, 1998, p.41)

Nesta questão o papel planejador da cidade e o acionar dos seus agentes técnicos e políticos são responsáveis históricos pelo crítico quadro urbano de Manaus; expõe modos de fazer, condutas e hábitos que quando quantificados nos diversos aspectos da análise de eficiência urbana como: Infraestrutura, moradia, mobilidade, espaços públicos, usos de solo, equipamentos, imagem, morfologia, dentre outros; revelam os sérios problemas de uma cidade deficitária em todos os aspectos referentes a qualidade urbana.

Este “poder fazer” nos define como sociedade também, enquanto organização e níveis de participação cidadã. É claro que a cidade, e neste caso Manaus, está inserida dentro de uma realidade que perpassa a particularidade, a ordem local, regional, nacional e mundial também exerceram forte influência desde os primórdios desta cidade. Nesta relação de escala da ordem “micro” frente as imposições do “macro” temos uma configuração em rede onde o papel dos centros responde pelas particularidades socio espaciais das periferias, e neste exercício de aproximação e de distanciamento novos centros e novas periferias são construídas e consolidadas.

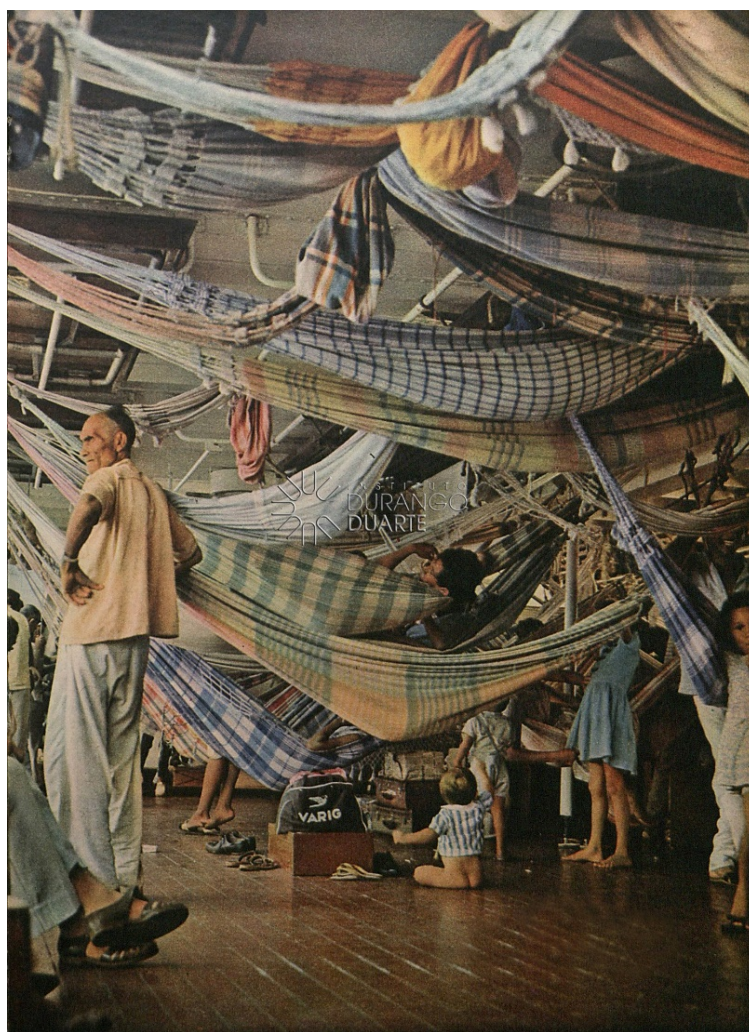


Imagem Número 5

Classificação: ii. As atividades e modos de vida retratados no uso dos espaços.

Interior de Barco Regional "Lobo D'Almada" Manaus 1963.

Revista Manchete, Rio de Janeiro – Edição 594, 07 de setembro de 1963.

(Imagens extraídas do acervo da Biblioteca Nacional Digital – Brasil)

Fonte: Instituto Durango Duarte.



Imagem Número 6
Classificação: ii. As atividades e modos de vida retratados no uso dos espaços.
Fotografia: Interior de Barco Regional Manaus julho 2011.
Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar.

Nessa relação centro e periferia territorial a aplicação orçamentaria, que no caso do Amazonas direciona o 80% dos recursos para Manaus Capital de Estado, e deixa o restante para a imensidão territorial e administrativa, é uma decisão política que condenou a profundas diferenças o nosso Estado. Estabelecer um paralelo com a decisão histórica de implantar um modo de produção que se encrava no meio da selva amazônica, veio também por imposição do pensamento de fora. Nesse reconhecimento dos agentes transformadores do espaço, das suas operacionalidades técnicas e jurídicas, enxergo um profundo distanciamento com o tecido social, e superestrutura político institucional que definiu o modo de produção deste lugar. Noutra escala, as pessoas, dentro dessa imposição institucional, encontram seus modos de fazer próprios, que se caracterizam pela consolidação no espaço ocupado a urgência de morar e subsistir, nessa escala a Institucionalidade foi historicamente omissa, apresenta notáveis dificuldades em abrir suas portas, democratizar e tornar eficiente um espaço problemático. Ele é exógeno à estrutura social.

Estas assimetrias e incompletudes caracterizaram historicamente a cidade, a imposição de modelos exógenos fomentou o apagamento das identidades sociais originárias que dentro do meu caminho metodológico estou delimitando a partir de duas matrizes de análise: A Morfologia e a Iconografia. O desafio de sistematizar um processo histórico de consolidação do espaço urbano tenta identificar nas cicatrizes criadas pela disrupção, a identidade. Portanto, a identidade é assumida como algo que pertence ao modo de fazer, não é um resgate romântico de um passado idealizado.

4.2 SOBRE A MORFOLOGIA URBANA E A IDENTIDADE:

Embora uma ferramenta de análise fortemente especialista dentro dela está a explicação do concreto, revela o modo como se racionalizou a ocupação do território, ele reconhece o tempo e sua permanência nele, mostra também o fator planejador e o grau de adequação as normativas urbanas, as superposições e renovações dentro do solo urbano, ademais de dar um claro sintoma do grau de conectividade e sequencialidade espacial.

Neste ponto devo afirmar que a distância entre o racionalismo urbano e a causalidade espacial, a primeiro fruto do papel planejador modernista, hoje muito criticado pela sua expressão coercitiva e a segunda como um rasgo da perpetuação da necessidade urgente por morar. Devem na sua eficiência e qualidade espacial os seus atributos, não pertencendo inerentemente a nenhum modelo que seja definido apenas por uma postura organizacional de modo exclusivista.

Estabelecer uma relação entre o desenho atual do tecido urbano e o reconhecimento das estratégias de morar das pessoas, em lugares de análise selecionados a partir do contraste iconográfico histórico. Será o reconhecimento dos hábitos de morar os que revelem os modos de fazer, que serão contrastados com o lugar na atualidade. A permanência ou o vestígio daquilo que a iconografia revela será a base argumentativa sobre o papel dos agentes transformadores do espaço urbano e revalorizar o fazer como um argumento da identidade na contemporaneidade.

Como “o fazer” não é fruto da redução teleológica senão que também é expressão dos aspectos evocativos e simbólicos, resulta importante destacar que existe algo mais do que um recurso de espacialização que emergem da morfologia urbana, é também resultado físico deste imaginário. Assumindo no interior da morfologia urbana a expressão de todas as identidades ali ocupadas. A morfologia é o desenho de uma racionalidade, de uma somatória e superposição de esforços que lograram, deste território se tornar propriedade, adaptação e discurso. Para reconhecer estes aspectos temos que reconhecer os vestígios gerado pelo impacto dessa transformação e temos que olhar o hoje, já que a identidade está naquilo que caracteriza e subsiste até agora.



Imagem Número 7
Classificação: i. O grau de transformação do território.
Vista Aérea de Manaus 1932 - Fonte: Manaus Sorriso - Foto: Cartão Postal.



Imagem Número 8
Classificação: i. O grau de transformação do território.
Fotografia: Vista Aérea de Manaus, março de 2016.
Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar.

A Identidade mais que uma categoria de análise, será o resultado da análise e a identidade pós-moderna, como explicado por Stewart Hall, é aqui também no meio da Amazônia a reprodução da fragmentação, nesse contexto de variadas identidades surge como grande valor amazônico a identidade primigênia dos povos originários, resiliente, fortalecida na sua necessidade histórica de saber lidar nas várias compreensões de mundo e que hoje são um valor a reconhecer neste caminho árduo em nos enxergar como amalgama e não como coisa única, sujeito pós-moderno de cultura imposta ou pior... de cultura mal entendida.

....” Tendo descrito as mudanças conceptuais pelas quais os conceitos de sujeito e identidade da modernidade tardia e da pós-modernidade emergiram, me voltarei, agora, para a questão de como este “sujeito fragmentado” é colocado em termos de suas identidades culturais, A Identidade cultura particular com a qual estou preocupado é a identidade nacional (embora outros aspectos estejam aí implicados). O que está acontecendo à identidade cultural na modernidade tardia? Especificamente, como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização?...

...” As culturas nacionais são uma forma distintivamente moderna, A lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, à religião, foram transferidas, gradualmente, nas sociedades ocidentais, à cultura nacional. A diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Cellner chama de “teto político” do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas.”

(HALL, 2014, p. 48, 49)

Entender a identidade na Amazônia, significa que existe uma transculturação demarcado num processo de colonização cultural, e as identidades subsistem e se manifestam no espaço urbano a partir de modos de viver e estratégias de subsistência arraigadas às condições de espontaneidade e estabelecendo frente ao modo de controle normativo a sua transformação no território. O resultado gerado como espaço, de um modo revelado ou oculto, é vestígio concreto do passar desse processo, que é cultural e no caso da cidade é vivencia e concretude.

4.3 SOBRE A MIRADA MARXISTA NA QUESTÃO URBANA

A análise do território encontra no materialismo dialético uma explicação concreta da relação entre estrutura social e estrutura espacial, a compreensão marxista neste aspecto é inapelável, o aspecto produtivo sustenta o social e projeta o espaço a partir da

operacionalidade do Sistema político institucional, essa compreensão da realidade é necessária contrasta-la com a história de Manaus e reconhecermos que o quadro político atual não é um acidente histórico, é fruto de uma série de omissões e responsabilidades que a sociedade não soube cultivar, em detrimento da representatividade democrática.

A metamorfose da última fase do capitalismo, presenciamos o esfacelamento do Estado, aquele que organiza o modo de produzir e de distribuir e tudo que nele esteja representado historicamente e institucionalmente, estamos dando passo ao modelo ultra neoliberal da necropolítica, da perseguição e o fascismo e como já foi visto nos diferentes lugares de resistência identitária serão os grupos étnicos, o feminismo, as representações sociais mais vulneráveis, serão as minorias e identidades ameaçadas que no seu direito a ser e permanecer, transmitam também o seu valor.

Na luta pela subsistência das identidades surge o capitalismo cumprindo um papel antagônico nesta tensão, que entende o território como um recurso natural e no seu esgotamento -como descreve Bruno Latour- a falência do modelo:

“Mas este triunfo dura pouco. Em Paris, Londres e Amsterdã, neste mesmo glorioso ano de 1989, são realizadas as primeiras conferências sobre / o estado global do planeta, o que simboliza, para alguns observadores, o fim do capitalismo e de suas vãs esperanças de conquista ilimitada e de dominação total sobre a natureza. Ao tentar desviar a exploração do homem pelo homem para uma exploração da natureza pelo homem, o capitalismo multiplicou indefinidamente as duas. O recalcado retorna e retorna em dobro: as multidões que deveriam ser salvas da morte caem aos milhões na miséria; as naturezas que deveriam ser dominadas de forma absoluta nos dominam de forma igualmente global, ameaçando a todos. Estranha dialética esta que faz do escravo dominado o mestre e dono do homem, e que subitamente nos informa que inventamos os ecocídios e ao mesmo tempo as fomes em larga escala.

(LATOUR, 1994, p. 14)

A implantação do modelo globalizado de ecocídios talvez no olhar premonitório de Latour em 1994, hoje seja uma constatação mais que lógica, onde um mundo dominado pelo mercado imposto pelo ultra-capitalismo impõem aos mercados

emergentes uma enorme quantidade de restrições e exigências meio ambientais enquanto no terceiro mundo praticam a mais brutal devastação do meio ambiente.

Curiosamente no Estado do Amazonas o modelo exógeno que produz bens desligados deste lugar, paradoxal e problematicamente preserva esta parte da Amazônia, o modelo imposto preserva porem cria dependência de um saber com direito industrial, aqui pouca autonomia para criar a nossa prosperidade cabe, somos a força de trabalho de uma economia globalizada, onde os bolsões operários descansam após ter gerado a riqueza para os de fora ou para os de dentro que servem aos de fora; mas dificilmente, nessa subsistência operaria haverá possibilidade de uma autonomia técnica que seja oriunda da prosperidade de um modelo no qual contribuimos com nossa força de trabalho.

Neste caso a identidade seria também a consciência de classe, mas curiosamente aqui se reproduz o pensamento distante, exógeno à Amazônia como uma motocicleta, sofisticado e estranho como pensamento da ação revolucionária. Obvio, o espaço criado produtivamente por decreto e que reproduz o modelo de modo centrifugo e periférico vê no campo das reivindicações operarias um pensamento que pertence a grandes centros fabris, assim o modelo produtivo enquistado não permite nenhuma transformação trabalhista, apenas os termos de um contrato. Como a superposição dos tempos históricos aqui subjazem é logico que em pleno 2019 exista trabalho análogo a escravidão, grilagem, perseguição e morte para quem ousar tentar mudar o modelo.

4.4 A INIQUIDADE PAPEL SIMBOLICO DO INTELECTUAL

A transformação social não virá das mãos dos intelectuais nem da academia por um motivo essencial: o funcionário busca na sua missão a manutenção do status quo no qual o afirma ao sujeito enquanto papel na sociedade. A relação entre “função” e “missão” reforçam e retroalimentam sistema no qual os hierarquizou (BORDIEU, 1989 p. 90-98)

Neste momento o papel da comunidade acadêmica e científica, os intelectuais e artistas que não esteja alinhado à causa da resistência serão simplesmente enxergados como opcionais e acessórios. Quero dizer, o valor estético pouco serve se ele não está comprometido a uma luta. A identidade é um esforço de permanência transmutável, progressista. Certamente neste âmbito o arquiteto urbanista em Manaus e salvando caros e contados exemplos, já transitou e passou tão despercebido, caracterizado pela inócua relevância neste contexto. Se o arquiteto dentro do seu papel social não entende a importância do seu lugar na sociedade e se esta não encontra nele as respostas e a possibilidade da transformação da penosa realidade urbana; ele merece seu destino... um agente efêmero e opcional a mercê dos interesses impostos pela localidade do mercado, pela estética sem ética e pela inocuidade do resultado de escasso valor estético.

Entender a Arquitetura e Urbanismo como uma ferramenta de transformação da realidade... Para que esta ambiciosa hipótese se realize, precisaríamos entender primeiramente como é o modo de produção do espaço urbano, como o espaço urbano atual é reflexo do processo histórico, das decisões dos agentes de transformação. A multidisciplinaridade resulta condição essencial, nela os diversos campos do saber humano aportam a sua compreensão sobre este território: historiadores, antropólogos, artistas, geógrafos, sociólogos, pedagogos, engenheiros, topógrafos, arquitetos urbanistas, etc.

Por se tratar do campo da ciência eles por princípio estão desligados do interesse direto, atributo vinculado ao sujeito crítico; o contrapeso entre o aporte multidisciplinar acadêmico é o poder público que gere o espaço desde o planejamento, ou da falta dele segundo seja o caso, encontra na representação civil o caminho para poder operacionalizar as diversas demandas vinculadas a interesses, as vezes legítimos das pessoas por encontrar na cidade a extensão dos seus direitos amparados por lei; e em outras as demandas do mercado, mas desta vez o mercado não como entidade difusa e indefinida que mexe as linhas do poder a partir da subjetividade da especulação financeira, desta vez dentro do território urbano fagocita o solo urbano e se apropria do que outrora era público, precarizando, gentrificando, segregando em nome do lucro e do

valor da posse exercem a injustiça de ocupar espaços valiosíssimos enquanto esforço histórico de implantação de infraestruturas e serviços, que terminam na maioria dos casos subutilizados ou o que é pior abandonados.

O Centro Histórico de Manaus é por este fenômeno de esvaziamento um caso muito palpável deste comportamento, a cidade na sua expansão soube dar a riqueza rentista daqueles que ocuparam a pequena cidade da borracha, nesse roque urbano a cidade ocupou novos territórios precarizando a área fundacional. Nesta dinâmica de usos a sociedade tem um desafio muito grande, saber que os problemas espaciais não podem ser atendidos desde o valor estético é o primeiro paradigma a aceitar, a planificação de “tabua rasa” termina por destruir o que há de valor humano lá. A transformação da cidade deverá respeitar a preexistência; e se ela é aparentemente um nó górdio será na aceitação desse espaço o primeiro passo para sua transformação, sensivelmente humano, democrático, participativo e fortemente comunitário.

Reconhecer não significa poder operacionalizar o espaço, afinal o planejamento urbano significara a síntese ferramental dessa compreensão inicial. Ali radica a dificuldade do pensar tecnicamente a cidade, nessa tensão entre conhecer as limitações e espacializar hipóteses transformadoras. Nesse contexto o fazer arquitetônico e urbanístico cobra maior importância e compromisso, por atribuição legal será o responsável pela espacialização do que representa uma compreensão da realidade.

4.5 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

A questão mais desafiadora na tentativa de reconhecer um caminho metodológico para uma análise, que trate dos aspectos nos quais a cidade se consolidou, está no reconhecimento de que não existe unicamente uma oposição essencial entre o modo capitalista e o modo local, a hipótese seria que existem temporalidades múltiplas, produtiva e culturalmente falando, portanto, inúmeras oposições nestes antagonismos,

na cidade se materializaram. Não haveria que descartar nenhum componente social, seja ele concreto ou seja ele simbólico, econômico ou mítico.

A identidade ou melhor as identidades caracterizam a produção cultural e, portanto, elas estão inscritas no imaginário e no concreto desta cidade, elas desenharam as estratégias de subsistência enquanto a institucionalidade estabelecia suas “microfísicas do poder” e nelas, os modos particulares pelos quais a cidade de Manaus configurou-se fisicamente ao longo da história. Dentro dessa matriz espacial estará evidenciado a complexidade do seu desenho cultural, seja em forma de vestígio, ou seja, em forma de permanência.

A interpretação das estratégias dos modos de viver estão, portanto, impressos na morfologia urbana e é produto de todos os atores sociais. Estabelecer um discurso sobre a história da cidade de Manaus será a interpretação narrativa definirá o exercício da alteridade.

A Arquitetura e Urbanismo tem se servido das ciências humanas para poder ampliar a compreensão da realidade e os impactos gerados pelo exercício desta disciplina, ela opera dentro da possibilidade, responde como imediata precisão aos requerimentos de quem a encarga. A sua proposta sempre é subalterna a uma teleologia de poder, seja ele de caráter pública ou privado, seja ele institucionalizado ou particularizado. Ele é um instrumento da transformação social e nele concretiza sua função social. (aparentemente...).

Em pesquisa recente organizada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo com a finalidade de mensurar qual é o percentual da população que contrata os serviços de um Arquiteto Urbanista nos deixa claro que a profissão está a serviço de poucos e ricos. Portanto, a cidade estabelece sua espacialidade com dinâmicas de produção e consumo inerentes aos sujeitos, não ao exercício acadêmico profissional da disciplina.

Indago sobre a explicação deste comportamento - que embora delimitado retoricamente ao fazer profissional em questão – encontra sua razão num fenômeno global: A hegemonia perdida do público em favor do privado. O Estado – Nação, que

organiza, ampara e edifica a transformação, foi perdendo significância e parece capitular da sua responsabilidade histórica quando mede suas forças com o poder do mercado, do capital. Esta usurpação da função social reificou a institucionalidade, como fenômeno endógeno tendo como resultado a falsificação da missão de valor institucional a individualização dos sujeitos, o fisiologismo da função pública e a consequente desvalorização do valor simbólico e o trunfo do espaço abstrato a cidade como valor de troca.

A medida que estabeleço uma leitura crítica sobre os processos que legitimam o valor estético do espaço urbano de Manaus vejo que nele estão inseridos o fazer do arquiteto urbanismo e que distante do sentido deontológico da profissão – que nos situaria como os agentes críticos da produção do espaço e que nessa particularidade surjam sofisticados aportes técnicos e por consequência resoluções contemporâneas para problemas históricos– tudo isto irreal e distante, visto que todo o ideário profissional desmancha no ar, as relações de poder enfrentam ao sujeito dentro do poder simbólico de Bordieu, onde a função prevalece frente a missão e que nesse processo as instituições terminam se moldando ao interesse dos sujeitos.

A cidade de Manaus é um palimpsesto de estratégias de viver e para entendê-las seria necessário identificar as urgências e razão histórica. Num olhar multidisciplinar que coloque a arquitetura e o urbanismo no seu justo lugar de reflexão e principalmente de operacionalização da transformação. Isto significa quebrar o paradigma do valor estético e sua tecnologia. (essenciais no resultado projetual; mas não deveriam ser considerados elementos de base argumentativa de um partido ancorado em problemáticas concretas) Neste ponto compreendo que o entendimento da realidade não poderia ser argumentado apenas no valor da qualidade espacial. O espaço deve ser entendido em toda sua potência geradora, a história. Reconhecido como o lugar do conflito e das resistências que dia a dia disputam sua permanência numa série de ações estrategicamente postas, definindo os modos de viver de Stuart Hall, e que são fruto das relações de poder que disciplinam os corpos a fim de estabelecer equilíbrios instáveis definidos pela necessidade de subsistir.

Estas conclusões ademais de uma evidencia de explicação histórica (haja vista a forma de consolidação e rápida expansão que logrou a cidade de Manaus) coloca em evidencia a distância entre o fazer acadêmico e o fazer real, entre a realidade e a utopia, entre a necessidade e o desejo. Me obrigam a pensar que esta profissão responde a interesses diretos de uma classe social privilegiada e dominante, e que esses objetos arquitetônicos ou urbanos criados, são ferramenta estética da desigualdade social. E que o pensamento acadêmico é mera sofisticação que está de costas à verdadeira necessidade, que é aportar científica e tecnologicamente na qualidade espacial, e está de costas pelo simples fato de que é incapaz de mudar o quadro que caracteriza o modo de produção do espaço.

A cidade é expressão da estrutura social, e do concreto que dela venha a se constituir como espaço, portanto, a cidade é resultante das relações de poder e este poder deve ser entendido como um jogo de tensões discursivas, estéticas e de representação e reprodução social. E que dentro deste sistema de imposições temos os corpos e os sujeitos, neles todas as incompletudes da construção identitária. De tal modo que o abstrato e o diferencial, o simbólico e o concreto; são rastros definidores senão da história, certamente da memória.

Este texto nos leva a pensar que existem razões e existem saberes que epistemologicamente podem sugerir contradição, mas que na subjetividade dos sujeitos e na corporificação do poder nos corpos, tem conotações definidoras da cultura local, um exemplo disso está na permanência dos modelos produtivos não superados, que por mais industrializado e global que seja o modelo de escala macro, as dinâmicas ligadas ao território, à natureza da localidade e define os modos de fazer, estratégias de viver. Que responde a logics e teleologia distinta em escala e distância.

O pensamento periférico, retardatário e subalterno, sempre associado a este solo é apenas um exercício do eurocentrismo enquistado que impõe e domina os códigos de representação que deram formato a uma identidade contraditória e nessa contradição está o valor desse enfrentamento.

Entendo que o exercício da subjetividade não se contrapõe à crítica do concreto, ela complementa aspectos de compreensão com o aporte do inexato, e que assim como faz sentido em mim, encontro fortes paralelos estruturantes entre a compreensão mítica do território amazônico; que a explicação do concreto e o simbólico faz parte da compreensão de mundo deste lugar, que o exercício que faço nesta dissertação é a tentativa de pacificar internamente as incompreensões desta realidade, sabendo que são provisórias e que delas mais do que respostas pretendo encontrar as perguntas necessárias.

Alguns horizontes teóricos permeiam este trabalho, o marxismo, a decolonialidade, a produção subjetiva da imagem, a explicação do enfoque kantiano da imagem fotográfica e sua instrumentalização como elemento discursivo a respeito da realidade urbana amazônica e em especial da cidade de Manaus. E entre tudo isso a tentativa de ordenar tematicamente uma série de convicções a respeito de como se produz o espaço urbano, fruto do trabalho crítico de interpretação espacialista que caracteriza o discurso do planejador urbano.

5 SOBRE OS VESTÍGIOS URBANOS E OS DA IMAGEM:

5.1 O ENFOQUE KANTIANO NA FOTOGRAFIA COMO FERRAMENTA DISCURSIVA FRENTE AO MARXISMO EM SOCIEDADES DE ORIGEM NÃO ACUMULATIVA.

Esta abordagem procura as intersecções epistemológicas de modo a aplicar o registro fotográfico e o discurso em torno dele – o metafotográfico – como ferramenta para estabelecer uma crítica aos modos de produção do espaço urbano amazônico em especial em Manaus. Portanto, abordarei alguns aspectos teóricos que caracterizam a produção fotográfica, e a fotografia como elaboração estética - artística da existência, sua legitimidade enquanto verdade e seu valor como registro do vestígio daquilo que se apresenta como um exercício de alteridade e, portanto, da sua estrutural incompletude.

A crítica da produção do espaço urbano amazônico como uma superposição de camadas temporais e culturais que tratarei de explicar dentro da descrição do tempo social, do tempo produtivo e suas superposições disruptivas e impostas, delimitadas na compreensão de valor humano e estético de quem detinha o poder. Parto da premissa que a cidade não é aquilo que deseja ser, nem tampouco é expressão da pluralidade social, ele é um apanhado de sucessivos atores representando os mesmos interesses de classe e que hoje poderiam ser percebidos a partir desses impactos; impressões das feridas, cicatrizes do solo urbano a partir da ferramenta iconográfica da fotografia.

A fotografia como resultado estético fruto de um processo significativo definido principalmente por três momentos, determinados por Soulares: o ato fotográfico, a obtenção do negativo e a cópia da foto, mas por outro aspecto todo aquilo que surge após sua difusão também fará parte dela e ademais será objeto de apropriação para consolidação de certo discurso ou de discursos distintos as vezes complementares, as vezes antagônicos. Por se tratar de uma elaboração discursiva, a fotografia passa a ser uma ferramenta de consolidação de algum interesse e uso do poder.

Neste ponto penso que a ferramenta discursiva que engloba o metafotográfico, deve se tornar método para poder reconhecer aquilo que dentro dela expresse e reconhecer os rasgos identitários perdidos no decorrer da nossa história, assim também com as estratégias de sobrevivência, estabelecidas pela sociedade para resgatar tais identidades.

Embora a fotografia signifique um vestígio de aquilo que se quis fotografar, daquilo que se logrou fotografar e daquilo que não se fotografou; significa que para fazer um resgate e seleção dentro de um acervo de imagens de diferentes autorias e intencionalidades fotográficas, estaremos exercendo também algum tipo de afirmação discursiva. Não poderíamos nos desligar dessa atribuição como tampouco do exercício do poder que a ação representa, seria recomendável ser nítido na nossa fundamentação motivadora de tal revisionismo. A comprovação fática da crítica gerada nesse modo, relacionando fotografia à produção do espaço será contrastada com os aspectos históricos que possibilitaram tais ações, reconhecer os instrumentos e os agentes terminaria por fechar uma pesquisa que pretenderia, desde sua concepção, ser multidisciplinar e estruturalista.

A fotografia como todo veículo discursivo encontra na abordagem interpretativa do metafotográfico um campo dos princípios de rarefação do discurso definidos por Foucault na Ordem do Discurso; portanto, é uma ferramenta passível de apropriação e de uso do poder. Como define John Berger na sua obra *Mirar*, os usos da fotografia como um instrumento poderoso de propaganda utilizado dentro da sua curta história com finalidades políticas dentro de todo tipo de regime ideológico, comprovando assim sua utilidade e apropriação e que dentro da obra *A Ordem do Discurso* de Foucault define o estabelecimento de um processo que estratifica e regula o discurso e a sua rarefação; ademais da relação ao desejo e poder, temos a motivação que será o impacto desse discurso como condição repressiva daquele desejo e finalmente ela é legitimada e regulada pela institucionalização. É neste ponto que o discurso é apoiado sobre um suporte e distribuição institucional e segundo Foucault, tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, uma espécie de coerção.

Dentro da história podemos reconhecer casos emblemáticos, mas queria me deter apenas num. Em 1935 a Farm Security Administration contrata a Walker Evans, Dorothea Lange, Gordon Parks e Arthur Rothein para fotografar a penúria rural norte-americana durante seis anos de registros, que levaram o nome das Fotografias da Grande Depressão. Tiveram um impacto imediato na sociedade estado-unidense assim como na comunidade artística, por que representava o poder da fotorreportagem e seus detratores acusaram o governo de “propaganda de uso ideológico”. Parte deste trabalho compôs uma das mais famosas exposições fotográficas já realizada: The Family of Man.

Poderia a princípio parecer que tais indagações responderiam a ordens antagônicas não complementares, por se tratar da teoria da produção fotográfica com sua compreensão filosófica de caráter ontológico, correndo o risco de incorrer em reducionismos não desejados.

As diversas abordagens conceituais e simbólicas na fotografia se resumiriam a dois grandes ordenamentos filosóficos que explicam o quanto o fotografo pode ser participe da realidade que pretende retratar.

O primeiro conceito fotográfico é o da teoria do momento decisivo, que está embasado no princípio do valor estético logrado após o ato fotográfico e depende da sensibilidade do fotografo, uma série de condições pré-fotográficas onde se estabelece com certo rigor todas as condições pelas quais a fotografia deve ser considerada “real”, dentro das quais poderíamos citar as leis de Cartier Bresson:

- Não alterar a proporção original do disparo, não manipular a imagem a partir do negativo gerado.
- A fotografia não é teatro, não é permitido encenar.
- Fotografar de modo consciente evitando o registro irreflexivo
- A proibição do uso da cor, por tratar-se de uma técnica não dominada na época.

Ademais existe a categorização tipológica dos destinos da fotografia de Dridi, no cruzamento da temporalidade e a finalidade do uso da fotografia, tendo:

- Com o passado ele se abre à lembrança.
- Com presente é reportagem.
- Como futuro é um documento.
- Com a eternidade é arte.

Poderíamos dizer que esta maneira de conceber o modo de fazer fotografia responde a princípios totalizadores de caráter essencial. A busca infinita por uma ordem conceitual inalcançável do significado de belo, puro ou real levaria ao fotógrafo e a sua produção fotográfica ao inevitável recorte subjetivo, que legitimaria a poucos e separaria o bom do ruim.

Caso interessante desta experiência radica na necessidade de construir um vínculo conceitual filosófico de pertinência onde o objeto produzido receberá uma moldura que só, de fato, servirá para a compreensão da responsabilidade de vínculo: autor – fotografia. É importante aclarar aquilo porque, como é amplamente conhecido, toda produção de ordem artística – cultural recebera a sua legitimação muito distante da argumentação que quem produz e possa gerar.

Por outro lado, a compreensão e legitimação deste valor estético é fruto de uma relação estruturada do significado de poder imposto pela estrutura social, portanto, se bem, nada pode ser gerado sem um esforço de abstração da realidade e selecionado pelo esforço criativo do autor, dentro do campo da compreensão dessa realidade, tudo isso é apenas ferramenta.

Pareceria que este modo de fazer fotografia estratifica penosamente a quem não chega a ser reconhecido e por outro lado magnifica a quem alcançou certa notoriedade. Como se tratasse de uma argumentação que pudesse retratar o todo a partir da particularidade de quem olha e fotografa, e eliminasse os diversos riquíssimos e variados modos de olhar que cada um de nós temos, desde que percebemos a luz como a grande possibilidade fotográfica.

Penso de maneira subversiva a este respeito, para exercer tua liberdade do olhar, que nunca ninguém poderia forçar a enquadrar, recortar, incidir, focar, escolher e delimitar. Isso é extensão do nosso arbítrio e da protogénese da compreensão do mundo a partir dos sentidos, sinápticamente construído e natural como a percepção da luz que o olhar permite. Educar o olho significaria na fotografia que de alguma maneira a câmera escura é uma ferramenta altamente restritiva, e se considerarmos que a sua construção é análoga ao modo de capturar a imagem o globo ocular: inversão da imagem, captura da luz pelos cones e bastões, a transmissão dos impulsos nervosos até a região do cérebro que gerará a imagem e ativará a memória para lhe dar significado, infelizmente, a câmera escura não é equivalente. Vejo a fotografia como altamente restritiva dentro da sua constituição física pré-fotográfica; contudo existe dentro da sua restrição física todo o potencial de expressão de caráter inédito dentro da arte e também libertário exploratório para o fotógrafo, operador criativo da linguagem imagética. Dentro do ato fotográfico, o pós-fotográfico e finalmente do metafotográfico, o desafio radicará justamente no aspecto técnico operacional, que nos permite, dentro dessas limitações, criar existencialidade.

A segunda e mais contemporânea forma de entender a produção artística, e dentro dela a fotográfica, responderá à fenomenologia, resultado interpretativo da filosofia Kantiana que ademais de fortalecer o sentido da representação do código linguístico - simbólico, fruto de uma construção não positivista, portanto, não responde a ordens exatas de recorte científico, ela coloca numa mesma condição discursiva e em igual estado de legitimidade à verdade científica, a verdade filosófica, e construção do pensamento menos comprometido com a comprovação da sua relação com a realidade baseado no empirismo e a construção simbólica interpretativa.

A fotografia passa a ser uma busca pela interpretação da realidade desde olhar diverso, diferente e inclusive antagônico, contraditório e a partir destas inúmeras experiências se constrói um universo que poderíamos chama-lo de existencial.

O produtor de imagens fotográficas, que antes era visto como um ser especial dotado do dom divino para criar arte, hoje é contestado em manifestações inclusive pouco

elaboradas conceitualmente, mas que inegavelmente tem um aporte dentro do campo compositivo fotográfico.

A pergunta principal que escapa toda indagação exploratória, sobre a validade da fotografia enquanto discurso, é quando se torna ferramenta para poder comunicar aquilo que responde a outro formato de organização conceitual, mais preciso e exato daquilo que Japiassu chama de “o triunvirato do saber” o qual corresponde à Ciência, Técnica e Indústria, e assim, definindo o que corresponderia a uma categoria hierarquicamente de maior legitimidade.

Qual seria a correspondente oposição aquilo definido como positivismo? e mais... o modo de explicar cientificamente o fenômeno urbano pós moderno e contemporâneo dentro da teoria marxista, criticada injustamente de modo reducionista, de ser apenas uma leitura da realidade dentro de parâmetros economicistas, como se a obra de Karl Marx apenas se tratasse da conformação da estrutura social: Base – Superestrutura. Porque o pensamento marxista é taxado pelos defensores ferrenhos do capital e do mercado, se justamente pela maneira como as desigualdades foram acentuadas principalmente após os anos 80's, quando a economia toma uma nociva virada, de ser uma economia baseada na produção do capital para uma pior que corresponde ao mercado especulativo. Essa etapa pela qual o capitalismo muda de fase e se torna cada vez mais injusto, principalmente na nossa realidade terceiro-mundista, periférica e subalterna, termina legitimado por consequência aqueles críticos ao modelo. Dito de outra maneira, o que mantém vigente a obra de Marx não é o sujeito crítico ao capitalismo, senão o objeto concreto do modelo capitalista reeditando seus dramas e assimetrias no espaço urbano e no tecido social.

Neste ponto não se trata da explicação da vigência da crítica ao capital, mas sim se esta construção discursiva, criada a meados do século XIX, possibilita, levando em conta a distância, a temporalidade e todas as particularidades que estas duas dimensões outorgam ao nosso território o entendimento da construção mítica do imaginário. E num segundo momento, se a particularidade da produção fotográfica permite complementar esta narrativa crítica.

Portanto, consiste apenas numa abordagem, confesso, muito intuitiva por tratar-se de ordens não equivalentes enquanto a sua origem, mas poderíamos dizer, citando livremente Gaston Bachelard, que propôs construir uma epistemologia visando a produção de conhecimentos científicos sobre aspectos: Logico, Ideológico e Histórico; mas também como a relação entre razão e o imaginário, entendendo que a visão histórica do tempo corresponde ao tempo da tragédia, o renascimento da morte e o instante que pertence à solidão e que a condição do ser, que está definida pela necessidade de nos ultrapassar e nos transformar e que finalmente como desenlace perfeito nos vaticina a derrota da solidão a partir da ciência e da técnica criando o prolongamento de nós mesmos na sociedade.

O importante, dentro desta leitura conciliadora entre estes dois universos do conhecimento, razão – imaginário, é que eles não são definidos de maneira a coexistir sem detrimento de um para o outro, e sobre tudo, dentro do meu ponto de vista, eles não são um aceno para o perigo niilista, delimitando assim esta abordagem como dualismo ascético, muito distinto do princípio indeterminado no ecletismo. Portanto, será considerado como uma condição humana de ordem dialético.

Minha inquietação se baseia nas possíveis interseções epistemológicas entre a compreensão filosófica da produção fotográfica de ordem fenomenológica, como ferramenta discursiva dos impactos gerados pela produção do espaço capitalista na identidade dos modos de morar e fazer do homem amazônico, que respondem a organizações culturais originárias economicamente não acumulativas, e a produção do espaço urbano capitalista em si.

Afirmção 1:

A cidade de Manaus é fruto da decolonialidade, portanto, do capitalismo, suas imposições históricas determinaram o modo de produção e reprodução social. O pensamento de fora estabeleceu códigos linguísticos e simbólicos coercitivos sobre a cultura local. Esta poderia ser uma definição de Colonialismo; contudo não esclarece as particularidades que o enfrentamento entre poder institucionalizado e as estratégias de

resistência social que deram as características que particularizam a este lugar. Podemos dizer que a cidade na sua concretude espacial representa um vestígio desse enfrentamento, que por mais tenaz e persistente que se apresente a institucionalidade existe uma força dos invisibilizados, que aportam com as suas peculiaridades mestiças o valor da identidade.

A decolonialidade é um aspecto teórico-discursivo importante, mas não o único, existem dicotomias que utilizarei para a compreensão deste trabalho. Pensar o marxismo como ferramenta de análise histórica dentro de uma interpretação exclusivamente produtiva - capitalista, em território amazônico deverá ampliar a visão para além do determinismo econômico, pensadores marxistas como Gramsci⁶, Mariategui⁷, Lukács e Godelier explicam a outra dimensão possível da interpretação dos postulados de Marx, onde cabe espaço para a subjetividade e a compreensão da existência de estruturas de dominação milenares para além do Estado – Nação e do capitalismo, esse aspecto opressivo está presente em toda condição de toda formação social independente do grau de desenvolvimento que ela tenha.

O ponto fundamental para esta afirmação está ancorado em duas hipóteses, a primeira a respeito da explicação das sociedades feudais pré-capitalistas, e a segunda na constituição do mito na concepção regionalista do marxismo principalmente em América Latina. Estas duas condições permitiriam explicar a compatibilidade de uma crítica de caráter internacionalizado do capitalismo periférico (e seus impactos) mas também a possibilidade de encarar dentro de esta condição, o saber local, a compreensão mítica, a relação produtiva não acumulativa, etc. como formas de resistência na contemporaneidade que configuram os modos de pensar e fazer da nossa multiculturalidade a cultura multisocietária explicada por Rene Zavaleta⁸; a importância

⁶ Gramsci aportou na complementaridade regionalista como um particularismo marxista oposto à ideia da universalidade do proletariado.

⁷ José Carlos Mariategui contribuiu com o valor do mito e aspectos simbólicos da imagética peruana

⁸ Zavaleta desenvolve uma sociologia a partir da condição decolonial própria dos sujeitos transculturizados.

de entender esta amalgama não apenas como contestação ao culturalmente puro y seu falso valor regressivo senão que devemos entender que a utilização do valor de progresso não conseguiu superar as temporalidades produtivas nas quais ele tem servidão.

Metodologicamente a importância sociológica da iconografia como ferramenta discursiva que nos revelaria, em forma de vestígio, as estratégias de viver o contraste temporal dos registros escolhidos e replicados no presente oferecerá elementos de reconhecimento nítido do que é persistente nos modos de produção e consumo revelados nos hábitos sociais, é nesse levantamento visual que seremos capazes de reconhecer o que perdura apesar do tempo, apesar da força transformadora que a institucionalidade apresenta.

Estrategicamente, dentro de este campo teórico da fotografia, abordarei duas concepções antagônicas na produção da imagem, a teoria positivista do momento decisivo contraposto com o enfoque kantiano que refuta toda possibilidade de controle por parte do fotógrafo, dada a escala e limitação da teleologia estética. São duas vertentes que se afirmam em pressupostos contrários e a síntese deverá contribuir ao debate a respeito da legitimidade de uma fotografia enquanto ferramenta analítica comparativa.

A utilização desta metodologia não é inédita, a comparativa temporal de imagens de um mesmo espaço (embora não seja mais) foi aplicada em várias instalações e exposições, tanto no âmbito artístico cultural quanto como ferramenta analítica. Contudo resgato o valor que teria neste trabalho ao se tratar de um produto do cruzamento epistemológico tanto da fotografia quanto da interpretação dos aspectos identitários que ela revela. Para efeitos práticos se optou por espaços (localidades e temporalidades) de transformação histórica de temporalidades distintas. – aqui vale a pena destacar que os espaços, evidentemente não são entendidos nem interpretados como temporalidades congeladas; ao se referir as “temporalidades distintas” tomo como dado importante o momento da sua formação inicial, circunscrita a um momento planificador específico, reconhecendo evidentemente que o espaço é fruto da transformação continua da relação

dialética sua estrutura e a sociedade- ⁹ Por se tratar de um trabalho de caráter empírico – crítico, pressuponho que os aspectos diversos aqui tratados, sobre as características da conformação produtiva e sua reprodução dos modos de morar, terão maior contribuição ao debate que as conclusões derivadas da aplicação do método escolhido. Pelo fato de serem interpretativas, fruto da alteridade de quem analisa. Neste pressuposto será o levantamento das perguntas essenciais, as que instiguem ao leitor na busca dos códigos estéticos escondidos na materialidade do espaço analisado, mais contributivos no debate do que estabelecer uma inesperada e inexata verdade.

Assim tirando o fardo da expectativa deste trabalho, encaro responsavelmente minhas incompreensões sobre este território, e reconheço as diversas maneiras de explicar a realidade.

⁹ Como explicado na teoria marxista da estrutura social. Levada à reflexão espacial urbana por Henri Lefebvre e Manuel Castells.

O espaço urbano na sua qualidade do concreto nos permite reconhecer, nas suas camadas historicamente superpostas no território, assim toda imposição teleológica da transformação da natureza se enfrentou à possibilidade de implantação, que por sua vez será legitimado pela temporalidade da sua permanência, assim enquanto mais importante o valor simbólico do espaço (natural ou construído) numa sociedade, maior será também sua permanência, que nos retroalimenta e constrói o sentido de pertença. Aqui a questão seria: que memória estaria sendo reforçada institucionalmente? A representação encandilada dos códigos estéticos eurocêtricos nos pertence culturalmente? Quão representativos são os códigos estéticos preservados e defendidos pela superestrutura de poder? Que valor tem o modo de morar milenar, que expressou tipologias de moradia palafítica e flutuante? Por que se negligenciou e exterminou o modo de viver nas beiras de cursos d'água? Qual é a identidade do nosso espaço urbano?

Lembro de uma aula que tivemos no PPGICH dentro da disciplina de Teoria da Cultura, onde os professores Leonardo e Rafael tangenciavam todas estas dúvidas colocadas acima, não pelo fato de compor diretamente a temática das aulas, senão (e mais importante) por que dentro do conteúdo da disciplina me alertavam da necessidade de compreender a cultura como uma construção não teleológica, que ela é causal e limitada pelo que de valor possamos retroalimentar no palimpsesto chamado cultura, e em consequência todas as deformações, representações e reproduções ocorridas durante um tempo histórico vão construindo a nossa verdadeira identidade.

O retorno à condição originária qualificada como pura e essencial é uma artimanha que ciclicamente revisamos e reanimamos a medida que a crise identitária se acentua. O paradoxo da busca identitária está posto, o essencial - puro idealizado, de um passado perdido não nos pertence, nunca nos pertenceu, apenas o utilizamos como instrumento dogmático. Nessa deformação está a verdadeira identidade, porque ela se sustenta no concreto. Revela os interesses ocultos por trás dos discursos e nos situa como objetos transformados e transformadores do nosso tempo.

Neste ponto pergunto: Que papel cumpre a estratificação social, na construção destas identidades? Qual é valor estético que prevalece? Existe um valor unitário de codificação estética no espaço urbano da cidade de Manaus? Se a sociedade se consolida como o exercício das correlações de poder, e se neste exercício estas forças são profundamente desiguais, não podemos esperar que o resultado seja outro, a não ser o do abandono fruto desta desigualdade. Esse valor identitário da precariedade gerada constitui um desafio dentro do campo da planificação urbana, dado que o que está posto como precário no espaço é resultado das estratégias sociais de subsistência, de solidariedades ocultas e de contratos sociais de pequena escala, aqui o Estado - Nação não existe (nos termos deontológicos pelos quais foi criado), apenas os exercícios de poder que mantem a desigualdade sob controle opressivo, que ofusca toda força de resistência pela força da violência que é observada e permitida institucionalmente. Essa é nossa identidade também.

A identidade está determinada pelas relações de poder, o componente evocativo estará intrinsecamente relacionado ao sujeito social e ao coletivo social ao qual ele pertença, à resistência que esse coletivo exerça, aos espaços de representação institucional que o grupo logre conquistar, às leis que ampliem o reconhecimento dos direitos destes coletivos sociais, e a legitimação dos modelos produtivos e de consumo que cada representação social sustenta. Mas... toda representação social é legítima?

Quais atributos ela deve cumprir para se chamar de coletivo social? Toda reivindicação que provenha de um coletivo social deve ser sombreada pelos mesmos critérios democráticos amparados pela lei constitucionalmente? Contribui ao fortalecimento do Estado – Nação a legitimação de todas as vozes ou existe um limite para isso. Quê legitimidade pode ter o poder institucionalizado se ele permite e reproduz tudo aquilo que até agora está posto? Em dias de pós verdade, de necropolítica, de ambivalência pós-moderna de uma sociedade líquida, tudo o que é sólido desmancha no ar e as tradições são só uma invenção.

Como não utilizar um sentido crítico ao modelo econômico que escape aos postulados marxistas. Como conseguir afirmar que são as particularidades locais as que desmontam as interpretações causais deste fenômeno? Ele é fenômeno, mas não é fenomenológico; ele tem particularidades que reforçam o determinismo econômico, não os refuta. Assim a subjetividade pode compor o arcabouço crítico chamado antropologia marxista. Godelier apresenta luz a este respeito, nos alerta ao fato de que a antropologia entende os processos históricos como uma construção social, não individual, mas que mesmo assim revela individualidades quanto mais complexa é a ordem desta construção. A subjugação das relações de produção são fruto da construção social, e não o contrário. Isso desarma a visão estruturalista enfrentada ao determinismo. O determinismo marxista é construído criticamente sem se distanciar das condições particularistas da formação da sociedade, inclusive embasa as causas em aspectos históricos no feudalismo pré-capitalista como o embrião do modelo europeio, logo colonial, logo global.

Na América Latina podemos encontrar maiores divisões dentro de este pacto conciliatório entre antropologia e marxismo, e é lógico que em sociedades tão alheias ao modelo produtivo ocidental – europeio encontrem neste argumento uma oportunidade para sua refutação, mas é imaturo pensar que apenas a opressão válida dentro da crítica marxista seja a do capital, é a das condições que criaram a formação do capital também e sobre todo quando este teve após a fase inicial que propiciou uma revolução social e de desenvolvimento logo consolidou os privilégios de uma pequena classe detentora dos meios de produção e que estruturou uma classe burocrática e social de pequenos burgueses que são os agentes contentores do progresso daquelas classes que condenam a servidão e a espoliação da sua mão de obra. Isso sim é global e no caso da América Latina, e brasileiro e amazônico é também manifesto.

A superposição de modelos produtivos, apesar de serem superados formalmente com ritos institucionais tem a finalidade de marcar a passagem legal na qual um território será administrado; mas as circunstâncias atuais que conformaram o hoje são consolidação do ontem e esse hábito se transformou em ethos que nenhuma terminologia formal pode apagar tão facilmente. Hoje em dia Manaus alberga a uma

migração flutuante de origem indígena que, na experiência de cada sujeito, representa e reproduz características produtivas que pertencem ao modo comunitário coletor e suas aproximações temporais pertencentes ao território amazônico e suas relações com ele; e por outro lado a cidade com suas dinâmicas de produção e consumo que estão na consonância que o mundo das corporações supranacionais terceirizam dentro de um modelo neoliberal e amparado, hoje, no exercício antinacional da necropolítica.

Dizendo em de outro modo, inclusive os processos de transculturação pelos quais estes sujeitos transculturizados são submetidos, são opressores e no choque de temporalidades, de culturalidades, de representações e de linguagem... reforçam sua luta pela resistência, manifestas na luta pelas identidades e que são absorvidas e traduzidas em políticas afirmativas ou políticas do esquecimento.

Estas políticas (as afirmativas e as antagônicas as do apagamento) não são honestamente comparáveis, já que provêm de concepções políticas opostas; as primeiras sensíveis e orientadas no papel inclusivo -com todas as imperfeições e consequências que o modelo trouxe-; e as outras perversas dismanteladoras, que travestidas de progresso impõem um modelo de destruição, que precisa da violência garantir a contensão social. O curioso está no fato que ambas são exógenas e por mais que se procure uma operacionalidade com agentes e protagonismo dentro das comunidades indígenas, as inserções transculturizadas tem o germen da imposição institucional pensada por sujeitos alheios ao núcleo cultural ou por transculturizados pertencentes. A transculturação inscrita nas distancias entre elas (as culturas), revela a fragilidade daqueles que não dominam os códigos de representação da contemporaneidade, e que na tradução ambivalente dessa mestiçagem a superestrutura não permite que sejam agentes transformadores com a sua própria estética e valor, eles são resistência. E na resistência habita sua nova identidade transculturizada.

Este comportamento dialético de oposição cultural é Manaus, a cronologia desta tensão decolonial definiu códigos estéticos dominantes e códigos estéticos da resistência, eles se entreveram num palimpsesto borgiano de história, memória e esquecimento. (Ricoeur) Manifesto também no espaço abstrato e o espaço diferencial

de Lefebvre, sustentado pelos processos da ordem próxima e a ordem distante de Lefebvre. Está no *abigarramiento* de René Zavaleta que é análogo ao pensamento *ch'ixi* de Silvia Rivera Cusicanqui, na visão mitológica do território de João de Jesus Paes Loureiro, nas fotografias da década de cinquenta e sessenta de Marcel Gautherot, nos registros de Silvino Santos, nas resistências produtivas de escala regional como a pesca artesanal, a agricultura amazônica de subsistência, na palafita, no flutuante, enfim, está em tudo o que faz parte de Manaus.

Como o empirismo subjetivado da produção da imagem iconográfica por servir de ferramenta discursiva embasada nos processos do capital e seus impactos, portanto, definidos pela dialética marxista? A resposta estaria delineada na antropologia marxista, afirmando a conciliação do elemento particularizante do sujeito, oriundo de uma estrutura social que permite reconhecer o aporte individual de quem participa do jogo produtivo. Assumindo a tese conciliatória da realidade determinista do capital como pano de fundo de uma série de subjetividades possíveis e produzidas.

Reconhecendo também que a categoria de análise do espaço e da estrutura social de Lefebvre, do espaço abstrato e do espaço diferencial, respondem a escalas decisão, com agentes transformadores diferentes e antagônicos como antagônicas são a ordem próxima e a ordem distante.

A metodologia de compreensão e análise da cidade resulta enfrentada à comprovação científica, ela é aproximativa no sentido da sua subjetividade, a contribuição deste modo de operar a narrativa da memória estaria transitando entre o concreto e o interpretativo, entre o simbólico e o determinismo, entre a explicação replicada e aceita da história como imposição de uma verdade incompleta e a construção de uma memória que enfrenta tanto a versão oficial quanto o esquecimento, estas duas últimas, ameaçantes apagadoras dos rastros deixados pela resistência social.

Assim a análise iconográfica revelara não apenas o visível, senão e mais importante, aquilo que não houve intenção de registrar, ou aportara com indícios - construídos e reproduzidos, para além da intencionalidade do autor, pertencentes à esse

terceiro agente. O observador que não é pertencente daquele momento do clic fotográfico, nem temporalmente nem especialmente, ele é o sujeito que interpreta a partir do exercício da alteridade, tecendo argumentos que evidentemente estão alheios da realidade de outrora, que define mais a quem fala do que realmente possa ter acontecido, a fragilidade desta interpretação da realidade não me preocupa, o importante é que nesse exercício existe o inconformismo pelo qual a história é contada e aceita, a imperfeição da leitura é instrumento de novas memórias daquilo que nunca existiu, nem quando realmente existiram, pelo fato de não estarem mais, que não conseguimos revalorizar e recriar como novas tradições.

Como tinha escrito em parágrafos anteriores, maduro e desencantado estou na insana viagem de recuperação de um passado essencial, essa miragem é enganosa e o que resulta pior... é argumento daquelas sociedades que dentro dos seus fracassados processos civilizatórios, e à medida de compensação, voltam pra trás em busca de identidades massacradas, o estado puro de um povo ou de uma identidade cultural responde à interpretações interessadas daqueles que estariam construindo novas redes de poder com aqueles códigos travestidos de identitários. Assim a falsificação da história reedita o valor do nacional, do tradicional, associado a códigos de valor moral como a família, deus e a pátria. A farsa nesse ponto tem expressão estética facilmente reconhecível, por trás disso o apagamento da memória e das verdadeiras identidades, que historicamente lutam pela sua permanência e sua memória.

Na história do Capitão Cook escrito por Marshall Sahlins, poderia nos servir de exemplo de como acionando a estrutura através do evento o significado se amplifica e toma conotações apenas explicadas pela tradição. De tal forma que no domínio dos códigos simbólicos podemos ocultar os verdadeiros interesses, como Cook que conseguiu benefícios comerciais no que Sahlins denomina de Mito-práxis enquanto a população havaiana acreditava que era uma deidade. Esses momentos de apropriação codificada é próprio *modus operandi* de toda farsa. Como exemplos: A simbologia ariana para legitimar a eugenia e holocausto judeu, a apropriação católica das datas hereges de celebração anual de ordem milenar, coincidindo com as celebrações cristãs, a usurpação de símbolos e retórica patriótica para impor agendas neoliberais de entrega

da soberania produtiva e geopolítica para os Estados Unidos por parte do governo Bolsonaro.

Assim o mito tem um forte efeito simbólico por trás de toda concretude e ela se apoia na miragem que é o passado. George Orwell explicava de forma maravilhosa este processo de usurpação com a famosa frase “Quem controla o passado, controla o futuro. Quem controla o presente, controla o passado”. Controlar o passado significa exercer a Mito-práxis de Sahlins, seria uma condição de toda prática do presente, uma sorte de revisionismo cultural, que independentemente das relações de poder, são um rasgo cultural inerente a nós.

A oposição a esta forma na qual opera a cultura é a memória, por que ela expressa a necessidade de não ser apagada, em toda história devemos atentar para o que ficou fora dela, ali está a verdade. A história neste ponto pode ser inimiga da memória como bem explica Paul Ricoeur. E no problema seletivo desta memória o perigo do esquecimento. Aqui a responsabilidade do esquecimento recai na memória, não na história. Porque a história é instrumento de poder e a memória instrumento de resistência.

É por isso que o desafio é encontrar aqueles aspectos que traduzidos em espaço habitado:

- 1.- Perduram apesar de tudo.
- 2.- Estão nos rastros da materialidade sobreposta.
- 3.- Fazem parte do território como matriz perpetua.

A primeira categoria refere-se aquilo que o tempo não conseguiu apagar, nele radica a verdadeira identidade, definido pelos modos de viver (Hall) e que se traduz em representações de ordem produtiva como simbólica.

A segunda categoria é reconhecida pela antropologia urbana, as cicatrizes do lugar são testemunho do que outrora era espaço, comportamento social, que está soterrado e foi em algum momento da consolidação da cidade era importante. Hoje ou

perdura enquanto reedição funcional, com outras formas e outros agentes o não faz parte do hoje.

A terceira categoria consiste em evidenciar a matriz geográfica, os impactos gerados pela territorialidade e os modelos produtivos, as configurações urbanas que transformaram este território e aquelas que apesar do passar do tempo e a violência da ação do homem, se mantem intatas, alteradas, adaptadas.

Nestas três categorias de comportamento social, impressas no espaço urbano e registradas na iconografia fotográfica, pictórica e cartográfica; temos como uma constante de análise a relação entre o natural e o construído (apesar de ser uma dicotomia epistemologicamente superada por autores como Eagleton e Balée) são necessárias para poder diferenciar aquilo que está mais próximo do território culturalmente preservado, do total ou parcialmente transformado.

Inicialmente estava considerada como matriz de análise territorial, o vazio urbano, como espaço não alterado nem de interesse por parte dos agentes de transformação, nesta premissa o espaço borda cobra valor como oportunidade transformadora do status quo dentro do tecido urbano, já que não temos historicamente exemplos bem sucedidos que conciliem ocupação e sazonalidade hídrica. Nelas tipologias de moradia palafítica e flutuante representam o mais enriquecedor exemplo da forma de morar na água, com vestígios de ordem antropológico. Curiosamente são os mais incompreendidos, estigmatizados na sua forma de morar, desprovidos de infraestrutura básica e associados diretamente à população pobre.

As políticas de ordenamento urbano e seus decorrentes instrumentos legais para operacionaliza-los se caracterizaram historicamente por ser ferramentas do apagamento destas identidades. Sendo expressão dessa conduta urbana o aniquilamento do território “Borda do Rio Negro” como espaço de amplitude democrática de uso público que se configurasse como espaço de transição entre a frente hídrica e cidade adensada. Bordas que na primeira força urbanizadora da cidade criou, que a segunda sofisticou e elitizou e as seguintes terminaram por diluir ao ponto de hoje não contar com um espaço bem

entendido e coerentemente resolvido em nenhum ponto da longa borda de al redor de trinta e cinco quilômetros de extensão.

Para que não pareça crítica meramente subjetiva e imprecisa, podemos enumerar todos os espaços construídos ao longo desta borda e encontraremos que disputam nele diferentes usos de solo, de finalidade tão variada como portos, ancoradouros, fabricas, estaleiros, mercados, moradias, falésias, e parques urbanos áridos insensivelmente artificiais, condomínios, decks particulares, bairros sempre e costas à água, e um longo eteceteras como mostra o mapa realizado na tese do prof. Geraldo Valle onde enumera os pontos mais destacáveis ao longo da borda urbana.

6 A EXPLICAÇÃO MÍTICA DO TERRITÓRIO OU UMA DIMENSÃO DA COMPREENSÃO DA REALIDADE AMAZÔNICA.

6.1 O MITO: A COMPLETUDE DA VISÃO MARXISTA FRENTE A CONSTRUÇÃO MÍTICA.

Dois desafios concretos: O primeiro se o resultado do exercício da produção do vestígio fotográfico, daquilo que Soulages define como algo no qual não temos maior controle e sua incorporação dentro do arcabouço de definições da realidade, é legítimo como discurso daquilo que é mais complexo e muito maior daquilo que foi capturado como imagem e aquilo que possa vir a decorrer como interpretação.

O segundo desafio é retratar as características da definição do espaço urbano dentro da explicação Marxista e quais seriam as supostas incompletudes no território urbano amazônico, onde ademais das verdades globalizantes temos a particularidade cultural de um povo que jamais errou em não ser capitalista.



Imagem Número 9
Classificação: d) A expansão operaria o adensamento da zona norte e leste.
Vista Aérea Parcial do Polo Industrial de Manaus, 1974.
Fonte: Manaus Sorriso - Foto: Indalécio Wanderley.



Imagem Número 10
Classificação: d) A expansão operaria o adensamento da zona norte e leste.
Fotografia Aérea Parcial do Polo Industrial de Manaus, 2015.
Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar.

A produção do espaço na Amazônia é multitemporal e multifacetada, sobre alguns aspectos minimamente instigantes, poderíamos começar dizendo que a temporalidade das suas etapas, Originariamente não acumulativa paleolítica de primeira fase, o extrativismo de escala mercadológica global que tem finitude graças ao que representa o primeiro caso de pirataria industrial como segunda fase, sucedido pelo modelo produtivo não amazônico que nada tem de particular como para justificar sua existência a não ser o incentivo de se alocar nestes territórios e que na atualidade fortemente ameaçado pelo neoliberalismo apátrida como possível seguinte etapa. Devo esclarecer o evidente no primeiro momento a globalização precisava da particularidade dos frutos da terra a borracha, e num segundo momento o modelo produtivo PIM somos nós os que precisamos atrair as grandes corporações fabris.

Nossa identidade cultural pertence a todos estes momentos, mas apenas no primeiro subjaz o modo de ocupar originário e ele não responde a lógicas produtivas capitalistas, eles não se estabelecem num território perpetuamente, eles não são produtivamente acumulativos, eles pertencem ao tempo onde homem e natureza são uma unidade, eles hoje à luz do descalabro ambiental pós-moderno ressurgem como o modo adequado de relacionarmos com a natureza.

Sobre a maneira de criar e recriar o modo de viver no homem amazônico que luta contra a estereotipação positivista etnocentrista surge dentro do universo narrativo a dimensão estética mítica ligada à poética muito característico da compreensão do mundo dos povos originários.

Caso destacável é a definição do “devaneio” como a condição da construção mítica do homem amazônico dentro do trabalho de João de Jesus Paes Loureiro, essa estética é construída a partir do imaginário como ferramenta em busca de uma independência e domínio dos modos de definir a nossa realidade particular.

Outro exemplo válido para este ensaio radica na particularidade do pensamento marxista na América Latina, mas especificamente nas teorias fundantes do partido socialista peruano por José Carlos Mariátegui que dentro da definição da constituição da realidade reconhece a incompletude do racionalismo e afirma que o componente mítico é essencial para uma completude simbólica. O caso do pensamento mariateguista é neste ponto fundamental para poder explicar como o pensamento marxista consegue perpassar as diferentes expressões sociais no mundo e principalmente refuta aqueles que pensam que não seria possível a conciliação do materialismo e o mito.

José Carlos Mariátegui escreve no *O Homem e O Mito*: ... “O homem contemporâneo sente a perentória necessidade de um mito. O ceticismo é infecundo e o homem não se conforma com a infecundidade” ... ademais diz: ...” O que mais claramente diferencia à burguesia do proletariado é o mito. A burguesia não tem já mito algum. Tem-se tornado incrédula, cética, nihilista. O mito liberal renascentista, envelhece. O proletariado tem um mito: a revolução social. Na direção desse mito é que ela se move com fé veemente e ativa. A burguesia nega e o proletariado afirma” ... -tradução livre-.

A respeito deste texto tenho algumas considerações a fazer, a primeira é que a construção mítica referida por Mariategui tem duas categorias: uma corresponde à identidade nacional com um passado de constituição mítica milenar; a outra correspondente ao espírito revolucionário transformador do proletariado que no caso peruano coincide majoritariamente com o mesmo grupo social. Consequentemente todo movimento transformador que dela emane será considerada um exemplo duplamente revolucionário e duplamente mítico.

A diferença entre as características sociais e produtivas das culturas pré-colombianas peruanas andinas e costeiras, fortemente tecnificadas e organizadas a partir da transformação da natureza desde o primeiro horizonte cultural correspondente a Chavín ou inclusive mais atrás com a Cultura Caral, até o segundo horizonte cultural correspondente à Cultura Tiahuanaco, frente as Culturas Amazônicas, é que apenas as últimas persistem no tempo de modo a se autorregular nos seus impactos com a natureza, que chamamos aqui Culturas Não Acumulativas.

Penso que pode nos ajudar a contribuição político marxista observada na teoria de José Carlos Mariategui, que soube entender que o mito é um componente importante no ideário nacional, o incorporou ao pensamento revolucionário, claro... a revolução das classes oprimidas contava com uma serie de figuras heroicas como José Gabriel Condorcanqui, Tupac Amaru II autodenominado ultimo Inca, de modo a incorporar na luta revolucionaria anticolonialista o sentido mítico fundacional de origem milenar, por dar um exemplo.

Depois de questionar se é possível habitar dentro do pensamento marxista uma narrativa de ordem fantástica, mítica. Se ela reafirma o sentido social do trabalho e ela reivindica a autonomia da classe operaria, se ela é instrumento para a alcançar a justiça social, ela é válida. Nesta relação de legitimação do discurso, as relações de poder não poderiam se desligar da importância e sentido de completude que oferece o imaginário.

Menor ruído apresenta esta relação mítico – marxista no referente a sintomatologia das sociedades capitalistas latino-americanas, afinal o modelo causa impactos em áreas tão inóspitas como o interior da região amazônica, onde tribos não

contatadas fogem dos estragos gerados pela mineração legal e ilegal, sofrem com a constante expansão do agronegócio, herdeiro da invasão de terras e a grilagem, se elas são sociedades que adoecem da expansão capitalista, é no marxismo que elas serão contempladas dentro das suas reinvenções que à luz do tempo podemos entender.

José Carlos Mariategui afirma a condição mítica é inerente à ação revolucionária e sua construção socialista, componente este inusitado dentro do pensamento racionalista da época, ademais diz que a sua preocupação não está em assuntos simbólicos formais que possam associar o eclesiástico e religioso; senão em reconhecer o regime social que o sustenta. Mariategui, portanto, não é capaz e negar a potência simbólica da compreensão mítica, incluso a incorpora como condicionante essencial nas sociedades latino-americanas.

6.2 DOS IMPACTOS DO MODO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA IDENTIDADE AMAZÔNICA.

Stewart Hall define a crise da identidade a partir do declínio das velhas identidades, aquelas que estabilizam o mundo social frente a umas novas identidades fragmentadas e de velocidades transformadoras que pouco parecem ser assimiladas antes de aparecerem outras novas. Seu impacto poderia também ser definido pela condição líquida de Baumann, a estabilidade passou a ser desafiada por uma nova realidade, o da fragmentação tanto social como identitária coletiva e individual.

A identidade que se ressignifica a partir de acontecimentos recentes na sociedade precipitam essa crise, e no caso amazônico, reproduz também os dramas de qualquer cidade global. As consequências vividas neste solo e suas particularidades são assunto em questão de pesquisa que motiva este ensaio, do modo como diz Giddens...” em contraste a modernidade é constantemente examinada e reformada à luz da informação, alterando seu caráter na medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” ...

Esta transformação nasce com a reformulação da natureza das instituições modernas que se apresenta como totalmente novas às sociedades tradicionais ou que tem uma enganosa continuidade com as formas anteriores, esta é a característica que quero abordar para poder explicar o fenômeno CIDADE em Manaus.

Para que possamos explicar o grau de transformação no solo urbano, devemos primeiro identificar quais são as características desse aparelhamento institucional que propiciou tais transformações, ademais devemos determinar a origem desse âmbito decisório e estratégico, os agentes e instrumentos para que finalmente cheguemos na identificação dos impactos.

Cronologicamente e por uma questão meramente oportunista quero começar pelo fim, dado que o sentido de pertencimento da minha escrita está embasado naquilo do qual foi objeto de trabalho acadêmico no campo da Arquitetura e do Urbanismo, podemos dizer que esta última onda democrática finalizada com a farsa do impeachment que permitiu colocar em agenda política aquilo que a população tinha se manifestado contra desde o fim da era FHC, e trouxe para a cidade de Manaus alguns exemplos claros de como a cidade responde ao pensamento distante.

A explicação mais potente a respeito da territorialidade amazônica, ou do modo como dentro da história a sociedade consegue ocupar esta geografia; está nas suas cicatrizes. Elas representam um vestígio desse tecido que embrenhou as estratégias, que revelam como esta sociedade organiza sua resistência cultural identitária, entendendo que a identidade não habita o espaço delimitado pelo discurso oficial, de um sistema político institucional, que tampouco representa a complexidade e atributos da nossa estrutura social, apenas a controla coercitivamente.



Imagem Número 11

Classificação: i. As atividades e modos de vida retratados no uso dos espaços.

Área da Manaus Moderna, 1985.

Fonte: Pagina Facebook "Manaus de antigamente"



Imagem Número 12.

Classificação: i. As atividades e modos de vida retratados no uso dos espaços.

Fotografia da Manaus Moderna, agosto 2013.

Autor: Gonzalo Rento Núñez Melgar.

Entender o modo como se ocupou a Amazônia é estabelecer um relato da injustiça e da imposição de pensamentos exógenos, intrinsecamente ligados a modelos produtivos de escala globalizada. Desde as origens fundacionais até o dia de hoje, o modelo produtivo eliminou a possibilidade de inserção econômica das comunidades nativas, as condenou a serem satélites desconexos, em alguns casos desarraigados da sua matriz natureza-homem, natureza-cultura.

As políticas de ocupação da Amazônia, inscritas dentro do chamado desenvolvimentismo dos anos sessentas e setentas, colocou ademais de vetores de destruição territorial, com a BR 364, BR 230, BR 163 e a BR 319 em menor medida, uma primeira frente da instalação de estradas rodoviárias, matrizes para a ocupação do agronegócio, que até o dia de hoje, na imensidão amazônica ganham terreno, com violência e sem nenhuma ordem planificadora, que seja responsável pela sua implantação no território, nem dos impactos que significam grave ameaça as comunidades nativas, que encontram nas suas reservas, o papel de espaços claustro em conflito fronteiriço constante com os agentes invasores. A partir destes vetores rodoviários a ramificação de novos povoados se estabelece, ao longo do traçado original das rodovias federais, em formato de espinhas de peixe, que perpetuam uma distribuição métrica de ocupações caracterizadas pela destruição ambiental e cultural, pela expansão e definição de uma nova organização social, desarraigada, em busca de uma construção identitária marcada pelo perfil produtivo, fruto do conflito.

Do mesmo regime político nasce um modelo paradigmático e totalmente alternativo, que propunha a produção fabril de alta tecnologia dentro de um cluster industrial com benefícios fiscais, que serviram como incentivo para ocupar um lugar tão exótico - como exótica é a relação do produto versus território-. Em explicação marxista, poderíamos dizer que existe uma ruptura entre o modelo produtivo e a condição da estrutura social, que não lhe pertence nem a sofisticação produtiva, nem a decisão de fomentá-la. Ali radica uma das principais fragmentações identitárias deste território, que sobrepõe os fazeres milenares da cultura originária, com a maneira do morar do ribeirinho e caboclo, e a sociedade dominante, que sempre gostou espelhar-se no modo de viver europeio, até chegar hoje, à resultante geográfica e produtiva ilhada e

concentrada enquanto espaço de função fabril e isolada também enquanto sua relação assimétrica de distribuição dessa riqueza, daquilo que permanece no lugar, daquilo que não se distribui a escala estadual e amazônico, daquilo que o modelo gera como exclusão, seus impactos sociais.

Dentro do ponto de vista geopolítico e administrativo, Manaus sempre representou o epicentro das políticas de fora, onde todos os esforços são implantados, isto repercute no restante da região a partir do contraste das realidades. A cidade exerce sua concentração política administrativa monocéfala, desde que se decidiu criar um entreposto de controle militar chamada de Fortaleza da Barra do Rio Negro, passando pela elevação a Província, a cidade da borracha e hoje capital do Estado do Amazonas, e a pseudo metrópole. Assim como exógena aos processos culturais milenares oriundos da selva, ela também foi estranha ao território, enquanto a distância geográfica dos centros decisórios que moldavam suas características de controle político e econômico.

6.3 ... E A IRREFUTÁVEL POTÊNCIA DA AMAZÔNIA DISSE: “COM TODA A CERTEZA TE ASSEGURO QUE TU ME NEGARÁS TRÊS VEZES”.

Aspecto interessante é sua espacialidade na escala urbana, que como em todo tecido espacial, de algum modo termina perpetuando os modos de produção urbano. Podemos dizer que o limite da organização morfológica da primeira etapa da cidade, que chamaremos de – período fundacional –, corresponde à borda natural do Rio Negro até a Rua Sete de Setembro, que pode se visualizar nitidamente no atual tecido urbano, como uma retícula irregular que responde aos primórdios topográficos desenhados pelas águas internas, que em um segundo momento histórico passaram a ser aterrados, apagados, criando verdadeiras tabuas rasas... a primeira grande negação do território.

Durante a época áurea da borracha a prosperidade econômica nos permite importar o que há de mais sofisticado enquanto infraestrutura urbana, trazida pelos ingleses que até o dia de hoje persistem em funcionar. Morfologicamente há uma mudança clara, o traçado urbano se reorganiza numa malha ortogonal – regular, nas

suas proporções de quadra, alargando avenidas que resultavam sobre dimensionadas; talvez por um ser do oráculo que já previa o futuro inchaço deste centro borracheiro. O modelo econômico era de matriz escravocrata, produziu um modelo de cidade que passou a se chamar – O Paris dos Trópicos –, sofisticada e excludente, com prédios luxuosíssimos replicando aquilo que pertencia ao pensamento libertário humanista da pós monarquia, que decapitou aos privilegiados da época... A segunda negação.

Neste momento a cidade perpassa seus limites, atrai mão de obra pobre, daqueles que procuram prosperar dentro de um modelo primário extrativista, que entra em decadência fruto dos primeiros casos de pirataria industrial – biológica, quebrando o monopólio que desenho de forma cartesiana a expansão da cidade ao norte, tendo como estratégia deliberada, não vincular-se mais as águas de um distante Rio Negro, nem do próximo e aterrado igarapé, como marco de tão artificial implantação, no meio da exuberante selva, uma peça de sofisticação desafiadora, isolada do seu solo literal e figurativamente falando, o Teatro Amazonas, dando significado ao fruto da quimera mais onírica de Werner Herzog... Mas chega o declínio, a cidade curiosamente não se retrai, nem em extensão nem no número de pessoas, ela se expande! Criando um impacto urbano que se perpetuou até hoje, a cidade explora de forma irracional a definição espacial fruto da necessidade; desde aquele momento histórico até a atualidade, nenhum esforço de planejamento urbano soube se antecipar a esta expansão, apenas lidamos com as consequências, de uma selva reemplazada pelo cimento e o aço... nossa terceira negação.

6.4 DO QUADRO PATOLÓGICO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A pergunta que quero colocar é: Quais são as particularidades do capitalismo na Amazônia, em especial na cidade de Manaus, já que ela tem dentro da sua estrutura social o componente mítico e imaginário que escapa à narrativa marxista clássica de Base- Superestrutura, o marxismo como uma concepção crítica do modelo capitalista totalizante, que vive sua fase terminal dentro de um percurso histórico e que hoje apresenta em escala supra regional, que desafia todo tipo de identidade local, que

fragiliza a estrutura social ao desvincula-la da sua relação com o produto gerado. Esse estranhamento que Marx explica como alienação do trabalho, será que se acentua aqui na Amazônia, por se tratar de um lugar de entramado produtivo muito aberto e distante, como distante e isolado é Manaus na região Amazônica e da concentração de centros urbanos brasileiros?

A cidade abstraiu-se do seu passado econômico, ligado fortemente ao lugar e a seus frutos, para que em nome do desenvolvimento territorial e econômicos produzisse uma diversidade de bens de interesse e sofisticação distante, este nível de alienação perpassa a questão citada por Marx de escala individual do homem – trabalho e toma nova dimensão ao se tornar sociedade – modelo produtivo.

O fenômeno já foi experimentado, ativado e desativado, pelas mesmas forças que definem o como e em que se deve determinar a vocação produtiva de um lugar, a fragilidade do modelo da SUFRAMA radica na sua reificação do papel que socialmente é constitutivo. Cidades como Potosí, Fordlandia e Detroit são claro exemplos disto. Quando o modelo se esgota ou não apresenta mais uma justificativa de permanência, e por detrás dela não temos um suporte social, que a produz identitariamente, ela se desativa deixando por trás apenas vestígios da outrora prosperidade.



Imagem Número 13
Classificação: a) A área fundacional, ressaltando a transformação do território nas bordas urbanas e nos aterros dos igarapés.
Vista aérea dos estaleiros e fábrica de cerveja.
Revista Manchete, Rio de Janeiro – Edição 735, 11 de novembro de 1967.
(Imagens extraídas do acervo da Biblioteca Nacional Digital – Brasil)
Fonte: Instituto Durango Duarte.



Imagem Número 14

Classificação: a) A área fundacional, ressaltando a transformação do território nas bordas urbanas e nos aterros dos igarapés.

b) A primeira expansão da cidade de 1920 a 1950, a relação de coexistência da malha urbana e a topografia.

Fotografia aérea do Igarapé do São Raimundo, novembro de 2015.

Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar.

Manaus se multiplica no território e na população, é a partir da ruptura deste declínio, propiciado pelas políticas militares integracionistas, que instalam primeiramente a Zona Franca de Manaus, SUFRAMA, como porto livre dentro de um país de economia protecionista e nacionalista, implantando o Polo Industrial de Manaus, assim o modelo estabelece fortes impactos de ordem fundiário, administrativo e social, numa cidade que se redimensiona às novas demandas produtivas.

Resulta complexo o entendimento operacional de todas as instancias políticas dentro de um mesmo território, ela é Municipal na sua gestão urbana, estadual na relação administrativa monocéfala e Federal como modelo produtivo principal. As

interdependências das três esferas não souberam se traduzir num efeito planificador, que constantemente reconhecemos as interferências e impactos de uma frente à outra.

A questão da atração de mão de obra é um desses casos onde a Federação em momento algum propiciou ou financiou a necessidade de ordenamento urbano e de moradia, que estaria sendo causado pelo seu modelo, neste caso ela se mostra negligente. Tampouco é responsável pela melhoria de uma estrutura de mobilidade urbana, nem da qualidade de transporte público de massas, que certamente poderiam ter nessa associação de responsabilidades compartilhadas a partir dos impactos, como resultante uma cidade melhor. As fabricas contratam transporte privado, para movimentar à classe operaria, a cidade em nada se beneficia, só recebe outra vez os impactos gerados.

Quando analisamos o aspecto da criação de moradia em Manaus, tem um comportamento sintomático, desde a primeira expansão urbana da época pós borracha, pode se traduzir na frase – frente a uma nova demanda, um novo território –, neste momento a cidade estabelece sua impossibilidade em sobrepor atividades de diferentes momentos históricos, dentro de um território, mas adensado e com maior racionalização na dotação dos serviços, da infraestrutura urbana. Assim a cidade cumpre o papel de expansão *ad eternum* dentro de um cinturão verde cada vez maior e indeterminado.

Nossos gestores das questões da cidade, que deveriam controlar esta expansão, contraditoriamente a fomentam em forma de instrumentos urbanos, haja vista o último plano diretor de Manaus, que em 2014, dentro das audiências públicas, pleiteavam uma nova expansão urbana, que comprometiam a sua relação territorial frente as áreas de preservação ambiental, ademais propunham novos solos urbanos, que transformariam a fronteira norte da cidade, chegando a incorporar a Reserva Ducke como novo e maior fragmento florestal intra-urbano da cidade. Esta visão, que encontra na expansão da cidade uma solução, é irresponsável aos impactos ambientais, desconhecendo o verdadeiro papel de uma administração urbana, que é controlar os usos do solo e as densidades para torna-la eficiente e economicamente viável.

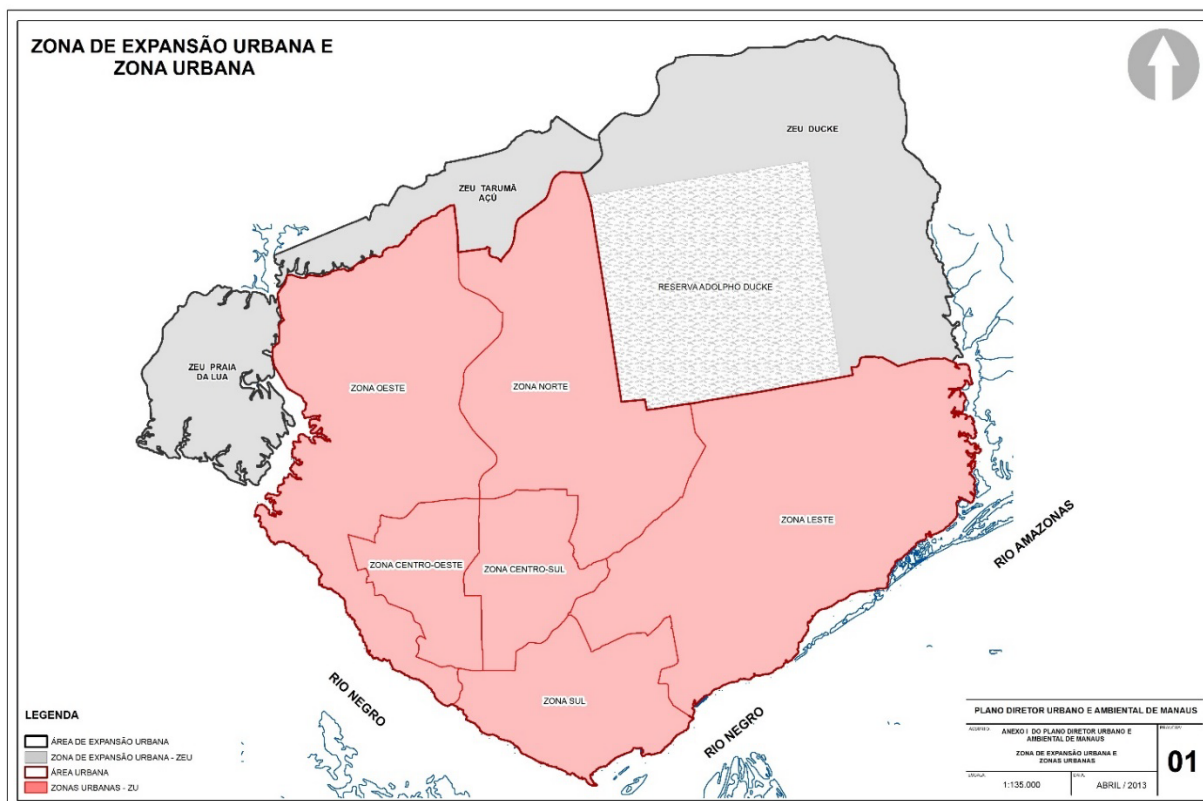


Imagem número 15
 Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus – plano de expansão urbana 2013
 Fonte: Proposta de Plano Diretor, IMPLURB, Prefeitura Municipal de Manaus

Um caso muito criticado pela comunidade de arquitetos urbanistas, que resulta um excelente exemplo de como o papel planejador está sometido diretamente ao interesse econômico, é a forma como o programa de habitação de interesse social – Programa Minha Casa Minha Vida – se implantou nas cidades. Caso interessante é o Conjunto Habitacional Viver Melhor, que constitui o maior em número de moradias a nível nacional, instalado em Manaus, que replicou um comportamento símil em todo o país. Distante dos centros urbanos, em áreas periféricas e pouca densidade populacional, desconexo da distribuição de equipamentos urbanos e serviços públicos, em muitos dos casos, com problemas sérios de execução nas unidades de moradia.

Por que aconteceu isto? Se o PMCMV no seu regulamento (LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009), contemplava a possibilidade de ocupação de prédios subutilizado em áreas centrais, ademais da sua obrigatoriedade em relação as redes de infraestrutura. A resposta radica em que a produção do espaço urbano, em geral e dentro dele, se inseriria o programa habitacional, responde a duas polaridades de interesse de caráter antagônico, a primeira corresponde ao poder econômico, de interesse de lucro das empreiteiras e dos donos das glebas a serem ocupadas; assim como do próprio poder econômico é a detenção dos prédios ociosos, que por uma questão meramente especulativa, resulta mais atrativo não vinculá-lo ao projeto de habitação social, justamente pela qualidade infraestrutural nas quais ditos prédios de beneficiam, A segunda polaridade corresponde ao poder público, que em tese, seria aquele que deveria fomentar o direito à cidade para todos. A subserviência do poder público ao interesse do poder econômico, tem como resultado a cidade caracterizada pela segregação espacial e a expansão territorial.

Assim historicamente a cidade cresceu, a partir da especulação de territórios que eram outrora periféricos, que na expansão da mancha urbana encontravam o valor de lucro, de áreas a receber urbanização incompleta e fragmentada.

6.5 O COMPORTAMENTO FRAGMENTADO DA CIDADE OU DA INCOMPLETUDE CONECTIVA.

Outro aspecto que caracteriza este território é a fragmentação, quando de modo sistêmico as diversas áreas ocupadas, contrastadas com a configuração territorial, determinada pela mata ciliar, pela água interior de nascentes e igarapés, pela orografia complexa, irregular e pouco conectiva, nos altos e planos topográficos; assim nosso território está definido. De outro lado o tecido urbano, que não corresponde nem se relaciona sistematicamente a esta condição territorial, ele segue sua lógica conectiva e funcionalista de escala veicular, isto quando da estrutura viária primaria se trata, ela contorna os diferentes fragmentos, só a traves desta rede se logra desenvolver o processo de intercambio espacial, nas hierarquias viárias inferiores a transposição se

torna interrupta e penosa. A total desconexão da morfologia versus território explica, no esforço de quem a ocupa, sua condição na constituição de comportamento fragmentado.



Imagem número 16
Zona Leste de Manaus, caracterizada pela alta densidade ocupacional, baixa densidade populacional e o déficit de arborização e áreas públicas abertas.
Fotografia aérea da cidade de Manaus – 2015
Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar

Resulta uma tarefa complexa o reconhecimento territorial biótico, que subjaz à materialidade espacial urbana. O traçado dos corredores urbanos -estruturas obrigatórias de circulação, sobreposto à matriz hídrica, tem como resultante dois desenhos distintos e distantes, se tomamos como premissa que a cidade é aquilo que percebemos -legibilidade urbana-, a partir dos traçados, e a condição espacial das ruas, nelas pouca referência temos do território.

A cidade aplica seu dispositivo de ocultação territorial, que reifica a natureza se servindo dela, não para mantê-la, requalifica-la ou contextualizarmos a ela; essa sensibilidade se apresenta em escassas paisagens e em contados lugares.

A fragmentação também responde à cronologia da consolidação territorial, que dentro do seu esforço incompleto por atender as demandas urbanas, termina priorizando os setores onde o tempo permitiu instalar as infraestruturas, frente a outros que, ou estão incompletas ou apenas existem. Assim o círculo da ineficiência urbana se fecha, correlacionada na possibilidade de gestão frente ao crescimento urbano.

A cidade de Manaus apresenta taxas de crescimento populacional historicamente acima da média nacional, apenas comparados com a capital Brasília, que teve todas as suas decisões urbanas circunscritas na planificação urbana, e sua expansão das cidades satélite está regulada pelo CODHAB (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF) que a cada cinco anos ordena a população inteira equivalente à do plano piloto, fomentando concursos públicos de proposta urbano – arquitetônica, possibilitando a regularização fundiária dentro de um plano de consolidação estratégica, apesar do descontrole ocupacional.

No caso de Manaus conta com um histórico planificação urbana e planos diretores, tendo como os mais reconhecíveis enquanto instrumentalização legal:

1892– Plano de códigos de posturas

1896 – Plano de Embelezamento e Urbanidade

1967 – Plano Diretor, Arthur Reis Instituto de Planejamento para Manaus e o Estado do Amazonas

1975 – Plano Diretor Urbano formulado na Bahia

2002 – Plano Diretor da gestão de Alfredo Nascimento com o IBAM Instituto Brasileiro de Administração Municipal

2008 – Revisão do plano de 2002

2014 – Plano atual com revisão em 2019

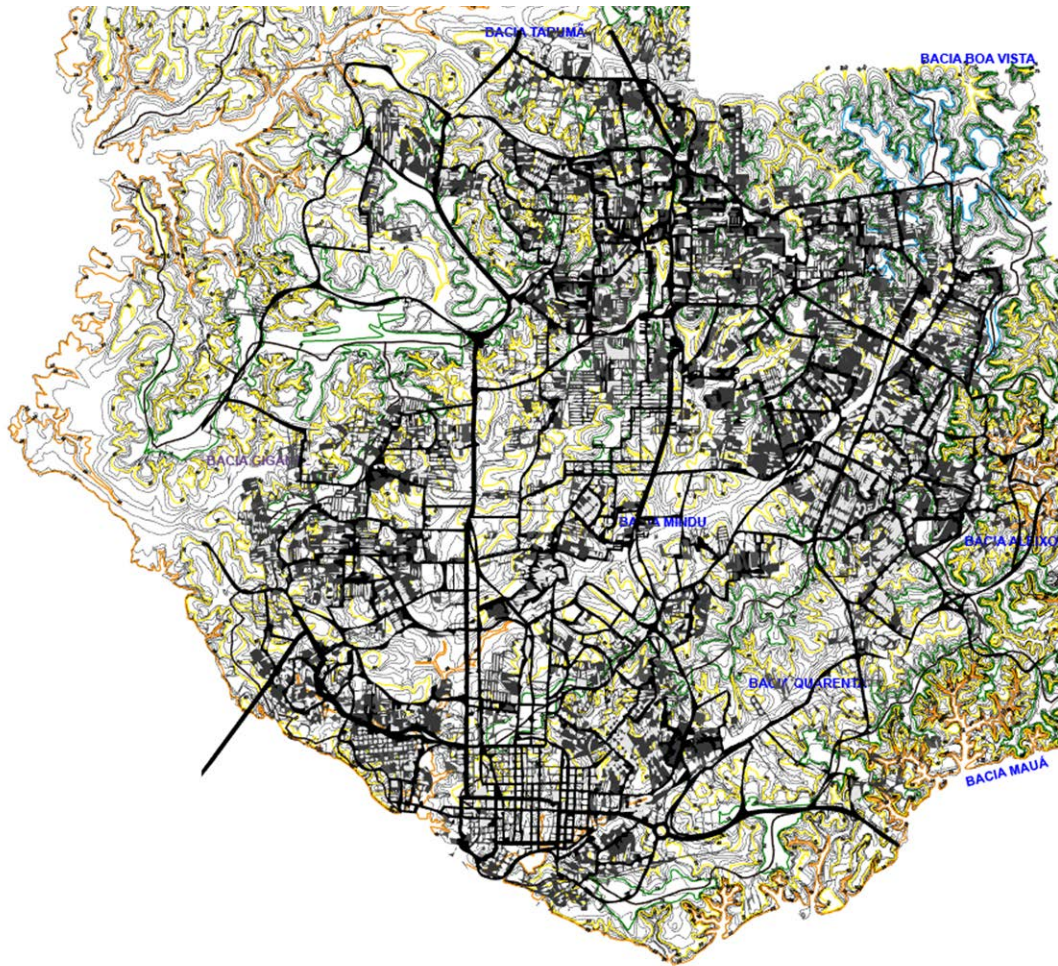


Imagem Número 17
Superposição da base cartográfica da topografia da cidade de Manaus (CPRM 2012) contrastada com a mancha urbana atual, cadastro urbano (IMPLURB – PMM) - Fonte: Gonzalo Melgar 2019

Frente a este palimpsesto espacial, que a sociedade criou, e nela sua explicação de ordem produtiva, delimitada pelas correlações de poder, coexistem numa relação dialética entre a estrutura social e a estrutura espacial, onde a sociedade produz o espaço e o espaço condiciona à sociedade. Nesta definição de Manuel Castells sobre a produção do espaço, fruto do enfrentamento do desejo e a necessidade social, frente a concretude do possível, é que se entrelaçam as particularidades de toda cidade, dentro de uma relação produtiva e de intercâmbio que sustentam a estrutura social. Se temos cidades injustas, segregadas e violentas se deve à sua condição social problemática, ela

representa em justa medida aquilo que a sociedade constrói, também da sua capacidade de auto avaliar-se para sua reformulação e mudança.

6.6 DA RELAÇÃO DA PROPRIEDADE E VALORIZAÇÃO DO SOLO E O CASO PARADOXAL DA PALAFITA

6.6.1 O EXTERMÍNIO DAS TIPOLOGIAS DA MORADIA AMAZÔNICA:

Morar na água, morar com água é um vínculo com o território profundamente arraigado a este lugar, modos de viver carregados de identidade foram negligenciados pelo poder público por um simples motivo: lá nesse solo ocupado não se possuía valor fundiário, a cidade com suas características territoriais não encontrava interesse orçamentário na dotação de infraestrutura, nem de políticas habitacionais, nem de preservação ambiental.

Outra característica importante dentro das implantações da moradia em áreas alagáveis é o fato de não se constituir como lugares de domínio público. Assim, estes dois aspectos fazem da ocupação de borda da cidade um problema a resolver a partir da exclusão e da negação do lugar como identidade e da identidade implantada nesse lugar. Prefere-se explicar o “êxito” de programas de moradia que são caracterizados pela exclusão, limpeza e higienismo urbano.

Historicamente temos explicações que podem nutrir este fenômeno: a cidade sempre foi atrativa enquanto era “desbravada” ou “domesticada”, este esforço de poder implantar cidade em território “hostil” fez das políticas de beneficiamento urbano um esforço digno de qualquer epopeia e Fitzcarraldo, quimeras de desenvolvimento que ao modo de Cervantes, encontraram no território original amazônico seus moinhos de vento, seus dragões, fruto de uma transformação alucinada.

Esta transformação criou também uma convicção simbólica alienada e reificada, desde cedo esta cidade objetificou a natureza, nada do que temos hoje como fracasso urbano ocorreu de modo desinteressado e frente a uma cidade funcionalista e

brutalmente capitalista e em contraponto como todo ato de resistência, lá está o homem ribeirinho, lá persiste a palafita, lá persiste a identidade.

É uma característica do capitalismo a alienação, a reificação e a falta de moral que o regule, vejo no combate a este modelo a resistência das nossas identidades e para tal a sociedade deve tomar conta das suas decisões, deixar de lado o conformismo e a opressão daqueles que sangraram esta terra e deixaram cicatrizes, para atingir a poética narrativa deste lugar é necessário encontrar nessas cicatrizes os rastros da verdade, daquilo que hoje persiste em não morrer, afinal a cidade também é um discurso que se transformou em espaço e seus agentes utilizaram a superestrutura para criar tamanha destruição, hoje o fracasso da nossa urbanidade é o fracasso da nossa coletividade que não soube ganhar aqueles que nos impuseram esta cidade, hoje vivemos aquilo que não soubemos transformar.

Pode parecer contraditório ter de um lado a identidade como um pilar fundamental da vida social tradicional e pensar que a transformação se oporia a tudo isso. A identidade nada tem a ver com a tradição, as tradições do mesmo modo que o mito fundacional de qualquer lugar são uma invenção institucionalizada e o rasgo identitário é muito mais poderoso quando pertencente a nós, os usuários, dentro do que Certeau define como a formalidade das práticas, que significa o resultado daquilo que nós fazemos com alguma representação cultural, definida pelo seu uso e consumo, daquela bricolagem que outorga identidade.

6.6.2: O CASO PALAFITICO:

O comportamento especulativo sobre o solo urbano opera em todas as escalas fundiárias, desde os terrenos de propriedade individual até a propriedade patrimonial institucional, sua valorização respeito do solo se deve ao fato que a cidade consolida seus esforços infraestruturais em setores mais consolidados no tempo, a medida que a cidade se expande o que inicialmente tinha um valor de mercado baixo, fruto a baixa demanda, no futuro se torna atrativo, quando a cidade faz parte dela, como tecido urbano integrado. Essa compreensão faz que o centro histórico da cidade, antes espaço

fortemente elitizado, entre em declínio pelo roque gerado na alteração do Uso de Solo, provocado pela migração da moradia a lugares novos e mais atrativos. A história dá um revés nesse comportamento quando o centro, dotado de serviços e infraestrutura, chama a população para quebrar sua monofuncionalidade, ligada ao comércio e aos espaços de gestão institucional.

Este pensamento especulativo, faz do proprietário assumir seu comportamento rentista e capitalista, que resulta enormemente pernicioso no momento de poder reutilizar espaços para quaisquer usos, muito mais dramática a impossibilidade de implantar habitação de interesse social e assim cumprir a função social primigênia que toda cidade civilizada deve defender.

Nesse aspecto acima descrito e comparativo com o morador de áreas alagáveis, resulta na aceitação como uma condição não lucrativa a sua instalação desligada de um lote, assim como de uma moradia que não possui regularização fundiária, por uma questão legal que determina que todos os cursos de água são públicos e, portanto, impossibilita a posse e a propriedade. O morador de áreas palafíticas e flutuantes está desprotegido pelo sistema legal e ele se conforma com resolver a sua urgência frente a necessidade de habitação.

A espacialidade de agrupamentos palafíticos em Manaus comportam-se por dinâmicas sociais complexas, determinadas pelo pacto de habitabilidade da comunidade, sua gestão de ordenamento e sua regulação, são inebriados por relações de poder internas, que não tem presença institucional enquanto dotação de serviços, nem o poder público faz algum aceno no sentido de instalar equipamentos urbanos, quanto menos a possibilidade de relacionar um serviço essencial como água, esgotamento, energia ou telefone dentro de áreas sem arruamento e endereço oficial.



Imagem Número 18

Classificação: i. O grau de transformação do território.

Fotografias da Orla do São Raimundo com o Rio Negro, ambos registros coincidem com o ciclo de enchente, a eliminação total das moradias palafíticas contrastam com a solução do espaço "profilático", criando lugares do esquecimento.

Data de registro: Acima, abril de 2012. Abaixo, abril de 2015

Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar

As características da organização palafítica em Manaus, significam a incapacidade do poder público em fazer esforços de melhoramento e requalificação urbana, que dentro do Brasil e em diversos lugares no mundo, demonstraram ser possíveis e ademais constituem um ganho paisagístico de uma tipologia do morar carregada de identidade. O caso de Afuá na Ilha de Marajó no Pará, mostra quão rica é a possibilidade espacial, gerando qualidade urbana com dignidade ao morador, a solução da mobilidade contemplado no modal exclusivamente ciclovitário. No sul do Chile a ilha do Chiloé logra organizar os agrupamentos palafíticos com infraestrutura adequada e uma paisagem que vincula a cidade e a água, numa borda não conflitiva.

6.7 DA REALIDADE URBANA O PAPEL PLANIFICADOR E DA UTOPIA ORGANIZACIONAL.

O exercício da planificação urbana tem uma carga técnica científica muito vasta, determinada por regulamentação de escala urbana, territorial, ambiental, infraestrutural, arquitetônica, entre outros. Mas o resultado da aplicação deste ordenamento normativo decanta num modelo espacial, que deve permitir a espontaneidade da materialidade social, espaços fortemente planejados são impessoais, representam uma reificação daquilo que por extensão é de ordem natural e orgânico, esta tal vez seja a explicação pela qual a cidade do pensamento único está superada, a cidade de princípios modernistas da CIAM e Le Corbusier, fortemente cultuadas em âmbitos acadêmicos, tem, à distância, sua impossibilidade de execução pela frialdade da sua organização, o homem precisa do acaso e a surpresa, do contraditório e do não controlado também. Se trataria novamente da comparação entre ordem e o caos, neste caso se a cidade caótica está delimitada dentro daquilo que é necessário e urgente: o direito a cidade para todos. Bem-vinda.

O planejamento das cidades de fundação portuguesa, como Manaus, diferem no ordenamento morfológico frente as cidades de fundação espanhola, na sua maneira de entender o território, na cidade portuguesa a organização espacial está determinada pela

topografia, orgânica, como se de uma cidade medieval se tratasse, na América espanhola as cidades estavam fortemente regradas pelos Códigos de Índias, que indicavam o tamanho das quadras, a sua regularidade, sua determinação concêntrica hierarquicamente definida, tendo como centro a Praça Maior ou Praça de Armas, as congregações religiosas, braço direito do poder militar na conquista, tinham espaços privilegiados nesta distribuição que até hoje perduram, por dar um exemplo. Esta ordem espacial rigorosa justificava o poder de organização e domínio territorial da impoção cultural colonial.

Vemos que no caso de Brasília e da urbanização da América espanhola, o mecanicismo, guardando as distancias históricas, são presentes e exercem forte coerção. Não significa que a causalidade do modelo português esteja desprovida de tal condição, mas na morfologia urbana representava uma maior liberdade, enquanto decisão e possibilidade de traçado do tecido urbano singular, essencial para a legibilidade do espaço e sua identidade.

Seja qual for o resultado morfológico não é possível prescindir do papel planificador como garantia de um funcionamento eficiente enquanto superposição sistemas que toda cidade organiza.

6.8 SOBRE A IDENTIDADE AMAZÔNICA NOS PROCESSOS DE DESFIGURAÇÃO DA ÚLTIMA ETAPA DO CAPITALISMO NO ESPAÇO URBANO DE MANAUS.

Existe uma resposta que defina de modo claro e certo o que somos enquanto indivíduos ou coletivo social?... a resposta é não, partindo do preceito de que somos produto daquilo que passou, daquilo que é agora e daquilo que vejo sobre aquilo. Contar, portanto, com uma definição definitiva sobre nós mesmos resulta um problema. A pergunta sobre “o que somos” deverá nos motivar a questionar nossa identidade, não para ter uma resposta, mas sim uma busca, afinal o que somos é redefinido constantemente e as afirmações totalizadoras constituíram um caminho até o falsamente seguro, instrumento para as questões de poder fundamentalista da “verdade” como: A

pátria, o mito, família, Deus, e todo critério que historicamente demonstrou ser instrumento para os episódios mais perversos da humanidade.

A apropriação do valor simbólico, para exercer a coerção institucional, até chegar à opressão, que está presente ao longo da história. E é que a opressão sempre provém da subjetividade, dentre deles a apropriação de códigos simbólicos muito distantes da verdade científica ou filosófica. Quando se diz que “a verdade liberta” penso que não tem sentido algum se aplicado à verdade dogmática totalizadora que é blindada de comprovação, se crê ou não se crê. Só tem sentido daquilo que é real e comprovável... ciência.

Também existe a realidade imaginada, que constitui um âmbito ontológico, que quebra todo tipo de completude, incluso o da verdade científica ou a verdade filosófica. Entramos a um nível de verdade de valor mítico, altamente simbólico, que enfrenta, contesta e desconstrói todo tipo de “verdade” e revela a crise identitária daquele que definiu “a verdade possível” construída pela ciência. Nesse sigma de princípio ontológico radica nossa oscilação da compreensão da realidade.

O que considero uma realidade complexa, diferente e conflitiva ao modelo descrito pelo positivismo, corresponde à construção mítica da realidade das sociedades indígenas originárias amazônicas. Penso que as categorias de compreensão da realidade, dos princípios ontológicos: a identidade, a contradição, e o terceiro excluído, não representam, no encontro destas duas compreensões do mundo (A científica e a mítica), a mesma relação de verdade, ela corresponde a dois modos de entender diferentes, uma contradição ontológica. A epistemologia ocidental não calça na compreensão mítica e vice-versa. Refutam o princípio de contradição, ele pode ser uma e outra coisa no mesmo tempo.

Em uma nova condição de compreensão do mundo, sujeitos culturais de construção filosófica ocidental, e o de construção mítica das culturas originárias, apenas o segundo, por uma consequência de resistência e afirmação identitária, consegue transitar de modo transformativo por ambas compreensões de verdade.



Imagem Número 19

Parque Aquático General Osório 1955

Classificação: iii. As permanências e o esquecimento da cidade.

Em 1937, por meio do Ato 2, de 21 de dezembro, o Município concedeu a Praça General Osório ao comando da Guarnição Federal e do 27º Batalhão de Caçadores – BC para a instalação de um estádio destinado à prática de educação física. Esse parque de exercícios, denominado Estádio General Osório, foi inaugurado em 2 de outubro de 1938 e servia tanto aos militares quanto ao público em geral.

Na segunda metade da década de 50, o campo do General Osório passou a sediar uma das maiores manifestações culturais do Estado: o Festival Folclórico do Amazonas. Idealizado pelo jornalista Bianor Garcia e patrocinado pela empresa Archer Pinto – proprietária dos extintos periódicos O Jornal e Diário da Tarde –, a primeira edição do festival teve início em 21 de junho de 1957.

Nesse campo, o Festão do Povo viveu seu primeiro ciclo de sucesso até o início da década de 70, quando o prefeito Paulo Nery, por meio do Decreto 163, de 23 de dezembro de 1971, concedeu, definitivamente, o terreno do Estádio General Osório ao Ministério do Exército para que ali o Comando Militar da Amazônia instalasse o Colégio Militar de Manaus – CMM. A partir daí, a área foi cercada e tornou-se de uso exclusivo às atividades do CMM, o que decretava o fim da Praça General Osório.

Fontes: Imagem: Manaus Sorriso - Foto: A.s.d. - Acervo da Fan Page "Manaus Sorriso"
 Texto: extraído do livro "Manaus, entre o passado e o presente" Autor: Durango Duarte.



Imagem Número 20
Dependências privativas do Colégio Militar da Amazonia, anteriormente Praça General Osório.
Classificação: iii. As permanências e o esquecimento da cidade.
Fotografia: setembro 2011 Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar

Como no paradoxo de Teseu, exemplo clássico da procura da essência das coisas e seus significados, podemos dizer que a identidade é aquilo que vai mudando enquanto essência e enquanto agentes, como aquele barco que mudou todas as suas partes durante a viagem e chega igual, mas totalmente diferente. A Identidade é aquilo que sabendo que sofre alterações de distintas ordens e principalmente de caráter heterogêneo, distinto; consegue permanecer como expressão do que persiste, aquilo que persiste é o que sofre constante ameaça e na procura de subsistir gera o sentido da permanência e pertença.

Assim também como O Rio de Heráclito e sua sentença filosófica: “ninguém se banha duas vezes no mesmo rio” expressa o sentido da não estaticidade da vida, da realidade, do tudo, o território fruto de uma concreção geológica e de um equilíbrio natural em constante transformação, encontra-se circunscrito numa temporalidade muito maior que o tempo dos homens e da cultura. A identidade maior, de todo o humano, está na natureza que o criou e no habitat que possibilita sua subsistência. Os modos de fazer que estabelece a sociedade não poderiam se abstrair do sentido hierárquico dessa relação homem – natureza... Mas se alterou, se reificou a relação com o natural,

passamos a acreditar que ela está a serviço nosso, e nessa relação alienada conseguimos implantar modelos produtivos que desafiaram e comprometeram toda possibilidade do planeta encontrar seu equilíbrio: o chamado Antropoceno. E esta natureza que nos criou, enfrenta o modo de produção ultra capitalista que somete a ela e aos homens que trabalham determinadamente para sua deterioração. O deterioro é a resposta determinada da natureza por encontrar seu equilíbrio, de se autorregular e como conclusão, naturalmente, deveremos nos extinguir. Existe nesse olhar apocalíptico um sentido de profunda justiça. Se não somos capazes de formular um modelo de organização social produtivo, que contribua à preservação do planeta, enquanto sistema biótico, após ter atingido a irreversibilidade ecológica, nosso extermínio será o sentido da evolução do sistema natural.

6.9 IDENTIDADE – A VISÃO SOBRE O ORIUNDO, A VISÃO ROMÂNTICA E O DISCURSO OBSTRUCIONISTA

Deixo claro que não se trata de um discurso a exaltar o modo de vida não transformador - não acumulativo, é a constatação do percebido à distância do fracasso do modelo civilizatório ocidental, implantado em territórios subalternos e periféricos... o índio tem razão. O índio soube estabelecer sua subsistência na necessidade circunscrita à sua condição, em ser um elemento a mais de um todo natural, e na definição dessa realidade, a verdade filosófica de compreensão mítico – simbólico, constrói a dimensão do imaginário.

A alteridade resultante da interpretação de um mundo que não me pertence, expressão certamente incompleta, com o risco de ser apenas intuitivo. A partir das certezas da narrativa poética, daqueles que abordaram ambos mundos, a representação se torna mais precisa, abarcando lugares de visão da realidade totalmente distintos; porem em algum lugar encontram sua convergência.

A compreensão mítica da realidade, componente essencial da Cultura Amazônica originária, de narrativa poética de caráter mítico e sua compreensão tanto física como imaginada. Este discurso de caráter fantástico oferece uma dimensão de completude,

daquilo que a construção simbólica ocidental parece não atingir, por se tratar de um exercício da alteridade. Nem a explicação da composição das águas, dos seus percursos geográficos, a descrição pelos biomas que transita e nela suas espécies de fauna e flora, sua variedade étnica, sua transformação a traves da história, sua apropriação produtiva, seus modos de trabalho e suas repercussões na atualidade, seus registros iconográficos, a literatura... Sem o componente mítico resultará incompleto.

Neste ponto destaco a compreensão epistemológica de Gastón Bachelard, que define como referências da memória do homem, uma simbiose criada entre a razão e o imaginário, crítica direta à visão totalizadora do positivismo cartesiano que retroalimenta o sentido do pensamento não estruturado a uma realidade complexa que requer de aspectos interligados para poder estabelecer um conhecimento como processo histórico. Com aspectos importantes como:

- A visão do tempo como tragédia
- O relacionamento da morte
- O tempo e a consciência da solidão
- A ciência e técnica como prolongamento de nós mesmos na sociedade com o objetivo de vencer a solidão
- A poesia e a imaginação libertários da servidão da história e das referências da memória de um homem que é razão e imaginário.

A pergunta neste ponto é: Se a identidade é um exercício da resistência cultural, que se nega a desaparecer, de que modo uma cidade que foi imposta num território insólito, com modelos produtivos, de origem e continuidade, globalizados, deveria encontrar na sua maneira de produzir espaço a oportunidade da identificação histórica e identitária?

A identidade regional consiste, na definição de Zygmunt Bauman como algo em constante ameaça, que representa sua permanência na necessidade de descobrir ou de inventar seus alicerces, e a identidade estando questionada, é um sinal claro de que está em processo de reafirmação constante. Na expressão dessa cultura, refletida no âmbito da espacialidade e da questão urbana Manaus, apresenta nessa luta identitária, uma serie de peculiaridades, que fazem desta cidade a materialização do esquecimento. O

não-lugar, assentado no riquíssimo território mítico, suportando a imposição do “fazer cidade” sobre valores estéticos, éticos e culturais que resistem ao modo de fazer amazônico, do qual estigmatizam e penalizam. A história de transformação da paisagem urbana em Manaus está relacionada a aquilo que o poder da superestrutura institucionalizada não consegue apagar, e daquilo que é seu esforço histórico por operar a cidade, a partir do pensamento único da classe dominante, sempre ansiosa por implantar modelos exógenos espaciais e discursivos.

O contrapeso a este comportamento histórico na cidade de Manaus está na construção social da memória, como Michel de Certeau no seu livro *A Invenção do Cotidiano*, define. As práticas cotidianas que estabelecem as “maneiras de fazer”, como um palimpsesto que representam os processos e usos dos dispositivos de controle social, para articular o fazer, que define a verdadeira produção da cultura. O trabalho de Certeau, procura delimitar um campo onde as maneiras de fazer, explicam o modo de enfrentar uma análise da realidade, “objeto”, e se pergunta pelas “operações dos usuários”, que estabelecem as “maneiras de fazer”, que não são relacionadas ao indivíduo, mas a um coletivo como expressão de um todo.

Na formalização das práticas de Michel de Certeau, onde se destaca a importância dentro de um método, pra reconhecer o modo em que a institucionalidade estabelece seus sistemas de dominação, e a forma como a cidade a utiliza, para além do seu destino original, reconhecendo nesse sentido as estratégias sociais, o importante radica no que está definido pela sociedade enquanto produção dessa fermentação. Estas infinitas metamorfoses dentro da produção e consumo, tecem o sentido da resistência e permanência da cultura, portanto, da identidade.

Neste ponto está claro que a produção de cultura, ademais da caracterização pela resistência, também representa sua condição particularizam-te, dentro do modo como a sociedade decide percorrer essas trilhas, que sistematizam o modo de fazer da cultura local.

O âmbito de decisão político, que gerou territorialidade - história e ocupação -, veio a representar o interesse produtivo dentro de um modelo econômico de escala distante, o que contribuiu à determinação de ser uma cidade de feição europeia, no coração da exuberância natural da Amazônia, a necessidade de consumir a borracha no mundo industrializado implantou neste território uma estrutura de extração, alimentada pela mão de obra escrava, que em um delírio de reprodução do modelo fordista, se implantaram cidades que foram derrotados pelos modos de fazer da Amazônia.



Imagem Número 21
Classificação: i.As atividades e modos de vida retratados no uso dos espaços.
Fonte: Instituto Moreira Sales, foto de Marcel Gautherot. Amazonia, 1950



Imagem Número 22

Classificação: i.As atividades e modos de vida retratados no uso dos espaços.
Fotografia, Venda de peixes no Centro de Manaus, Orla do rio Negro, agosto 2012.
Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar.

Em outro aspecto, a condição de cidade de logica produtiva global, desde seu instante fundacional de entreposto de controle militar a cabeceira dos rios Negro e Solimões, já respondia ao controle geopolítico amazônico, com a extração da borracha se estabeleceu um monopólio de matéria prima de interesse internacional, finalmente com o modelo desenvolvimentista militar da SUFRAMA PIM, que coloca um clúster industrial, respondendo a logicas produtivas também distantes. Portanto, todo o ocorrido neste lugar, enquanto experiencia produtiva e epicentro econômico intra-amazônico, é fruto do pensamento exógeno, que o gerou e determinou processos de consolidação urbana, que não acompanharam nem remotamente sua demanda expansiva, tendo como resultado o porquê da sua problemática atual.

Não se trata de um tema estético, falamos da cidade como expressão da possibilidade de transformação espacial, pela estrutura social, nesta relação dialética é que a cidade reproduz as inequidades próprias do modelo econômico.

6.10 SOBRE O CAPITALISMO EM FASE TERMINAL E SUAS REPERCUSSÕES AMAZÔNICAS.

Bruno Latour em seu ensaio: “Jamais Fomos Modernos”, define que a condição da modernidade radica na independência da verdade científica frente o poder. Essa condição de independência nunca foi atingida e mais, se o modelo soviético fracassou na sua tentativa de eliminar a exploração do homem pelo homem; Latour destaca que também o capitalismo fracassou na sua relação homem – homem e homem – natureza no mesmo ano da queda de Berlim, com os relatórios de impacto ambiental de ordem mundial.

Marx também acertou ao predizer que o capitalismo, na sua característica destrutiva da condição material da força de trabalho, sua precarização, assim como a extinção dos recursos naturais, numa fase final estaria caracterizada pela especulação financeira, onde o valor simbólico perde a correspondência frente ao valor real do produzido, assim a volatilidade estaria determinada, sua consequente extinção gerada, pela assimetria do acúmulo da riqueza.

No ano de 2008 o “crack” do sistema financeiro foi produzido pela especulação imobiliária, que gerou títulos de negociação na bolsa de valores, apoiadas em hipotecas sem respaldo financeiro, criando uma bolha, que desencadeou num efeito dominó, que comprometeu a todas as economias do planeta, o governo norte-americano aplicou um resgate emergencial de 700 bilhões de dólares e posteriormente mais 2 trilhões do dinheiro público.

Hoje o modelo de industrialização brasileiro tem a sua continuidade comprometida, a partir de novas políticas ultra neoliberais, que fazem contestar o sentido da organização institucional, tornando-as ferramenta de implantação das políticas do interesse global de mercado, essa entidade invisível que tudo permeia, que especula

mercados, desestabiliza e submete a quaisquer democracia ou governo no mundo. O mercado aplica suas políticas a partir da corrupção dos agentes públicos, o mercado dita as linhas editoriais da imprensa, o mercado é o braço do fascismo brasileiro de hoje, que não se imuta ante qualquer crise política, desde que faça parte do sistema que o apoia; mas é ferrenho destruidor de economias que pretendam ser autônomas ao modelo político dominante.

Nessa relação negociadora, entre o interesse do mercado que qualifica o êxito produtivo, dentro de uma plataforma especulativa financeira, observada hierarquicamente pelas principais bolsas do mundo, é que impõem sua lei a partir do lucro independentemente dos seus impactos. O contraponto desta ditadura imposta pelo modelo capitalista, está a estrutura político institucional que, quando realmente democrática deveria regular e estabelecer um sistema de proteção, daquilo que merece ser preservado, como ferramenta do desenvolvimento de um país: o trabalhador, a indústria, os recursos naturais, o fomento da educação, a pesquisa e a tecnologia... Utopia nos dias de hoje.

Fazendo um paralelo desta narrativa, o que sucede no modelo produtivo da SUFRAMA, primeiramente há que reconhecer que é um modelo que está chegando ao seu fim, ele responde a um projeto de país idealizado pelos militares durante o regime 1964- 1985, ele estabeleceu um polo fabril, com incentivos fiscais e outras facilidades, criando uma conseqüente área de exceção, dentro de um modelo nacional mais fechado e protecionista em favor da indústria nacional. O primeiro impacto a atingir este modelo foi a abertura financeira da economia, no início década dos noventa, mantendo vivo o modelo SUFRAMA, com a forte taxaçoão ao produto vindo de fora.

Hoje fica claro, que na agenda política pós democracia , caracterizada pela venda das empresas estratégicas nacionais, dos recursos naturais e a precarização da ciência e tecnologia; o Polo Industrial de Manaus tem seus dias contados, o vestígio de uma condição produtiva que não gerou o desenvolvimento necessário na sociedade, que permitisse a transição para um modelo produtivo autônomo, de matriz amazônica e que vinculasse sua necessidade de permanência, na demanda global daquilo, que só aqui poderíamos produzir... toda uma hipótese utópica. E é que o modelo se esgota, e por

trás dele, as cicatrizes da subsistência e da incapacidade da nossa sociedade em sermos produtivamente, e nessa escala, autônomos. Este é um ponto chave, no exercício da resistência o que permanecerá são as estratégias e os modos de vida próprios da base social histórica, as estratégias, expressão do uso e consumo da estrutura social, nela habita nosso saber subsistir.

Contrastado a estas maneiras de fazer estão os produtos impostos pela superestrutura institucional, projetos que resultaram rotundos fracassos, ou em inócuos resultados, que significam a falta de critério no momento de priorizar os esforços e os recursos ademais da total incompreensão do que significam os impactos dessa transformação. Desde a dolorosa implantação da estrada de ferro Madeira – Mamoré até Fordlandia, desde a transamazônica até a inócua hidroelétrica de Balbina, e na atualidade cito a pseudo área metropolitana até a implantação da Cidade Universitária.

A cidade que é expressão do seu tempo histórico, transforma e amplia sua constituição no espaço, no caso de Manaus ela procura constantemente a sua permanência dos modos de viver amazônicos como se de um ato de resistência se tratasse, as estratégias do morar ribeirinho são penalizadas pelas operações urbanas da institucionalidade. A materialização das políticas urbanas institucionais, quando parece que respondem a políticas de melhoramento social ambiental, elas são subalternas aos critérios de planificação que segregam e destroem a natureza. Como exemplo temos o drama da insalubridade do morador palafítico, todo efeito transformador é positivo, dado o nível da precariedade, logo as operações se tornam ferramenta discursiva do poder público que reafirma de modo acrítico o espaço gerado.

A cidade de Manaus nos demonstra, na resultante espacial, que ela não respondeu a processos de: pensamento estratégico, planificação, implantação e manutenção; de acordo à sua expansão e a sua representatividade; de um modo democrático. Esta é uma cidade coercitiva, que responde ao seu valor de lucro e a sua extensão funcionalista, da intenção primeira, portanto, nada de romântico ela tem, representa uma das espacialidades mais duras que a Amazônia já suportou, fruto da concentração produtiva e do capital econômico, que reproduziu as mazelas de toda cidade capitalista, brasileira, terceiro-mundista, subalterna e periférica.

7 O URBANO OU ESPAÇO CULTURAL

7.1 A NEGAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E O DISCURSO DO PROGRESSO

O romancista peruano Mario Vargas Llosa escreveu nos anos sessenta uma das obras mais emblemáticas do Boom Latino-americano: *Conversas na Catedral* (1969), onde Zavalita, um jovem estagiário de uma editora de jornal se pergunta: “*En que momento se jodió el Perú*”. A dureza da pergunta revelava uma enorme inquietação por parte do autor em explicar qual foi o momento chave da ruína nacional (como se tratasse apenas de um evento isolado e específico).

Esta provocação literária de MVLL é importada e aproveitada oportunamente para poder estabelecer um paralelo comparativo entre os dramas que perturbavam a Zavalita e os que me perturbam a mim, e que são elemento discursivo desta parte da dissertação. Resulta paradoxal o fato de empregar um texto do Nobel peruano para poder dar início a uma crítica ao reconhecimento identitário do espaço urbano de Manaus, lugar este, onde o neoliberalismo econômico teve uma presença problematicamente preeminente.

Perguntas sobre a memória de Manaus.

1. Zavalita repregunta: Em que momento se fudeu Manaus?
2. Onde mora a memória de Manaus? (na resposta evidenciamos que se trata de lugares e de afetos)
3. Que ciência é essa que quanto mais avançada, mais dispensável ela é... e mais distante do território ela está?
4. Quem pensa e quem faz a cidade de Manaus?

Resposta 1:

Santiago Zavala – álter ego de Mario Vargas Llosa em “Conversa na catedral” - é um jovem jornalista que consternado com a miséria social e a feiura da cidade, se pergunta pra si, em que momento se fudeu o Peru, que de certa forma significava: em que momento ele também se fudeu. Desencantado com a cidade, era seu olhar pessimista para uma Lima horrível, agitada, injusta e sucateada. Que no final do dia encontrava na Catedral e acompanhado de um “*chilcano manoseado*” o encontro com a realidade dos homens a pé, como ele era.

Zavalita sabe que a resposta para esta pergunta não é uma só, sabe-se culpado também deste drama urbano que o oprime, sabe que para questionamentos gerais a particularidade do seu micro cosmos explica muitas das suas inquietações. A resposta estava nos vícios de conduta social, de aceitação histórica às imposições, as sumições e padecimentos de uma sociedade que terminou por conformar-se com o jogo posto.

A pergunta temerária significava uma afronta só comparável com o estado de corrosão que a realidade lhe apresentava. Na distância temporal e de lugar tratamos de retomar a pergunta essencial nesta nova conversa, não na catedral, mas virtualmente com as telas iluminadas dos monitores, e estabelecendo o contato remoto que a pandemia exige, numa conversa instigante entre dois amigos.

Para dar resposta a esta pergunta primeiro haveria que pensar se os elementos que indignaram a Zavalita são comparáveis aos dramas desta cidade. No romance está retratada a Lima monocéfala de poder nacional, e que se encontra no regime militar de Odria, poderíamos dizer que seu regime se caracterizou pelas obras públicas de grande escala, que apesar de ambiciosas, não terminaram por atender a enorme demanda nacional, mostrando as profundas feridas de um país culturalmente dividido e desigual. Mas curiosamente, parece que os resultados dos impactos são muito similares ao de qualquer cidade latino-americana, as políticas da região e os modelos produtivos de extração foram uma constante histórica nos nossos territórios. Seja na Lima senhorial epicentro do controle político extrativista espanhol ou no coração da Amazônia num território insólito e poderoso.

Os caminhos traçados por nossas nações estão marcados pela decolonialidade a transculturação e o desenho produtivo que terminou por debilitar as nossas autonomias nacionais com precárias democracias representativas dos interesses de poucos e poderosos, que estabeleceram o Status Quo em forma de contrato social, a cidade do privilegio impõe-se aos desfavorecidos e quem lute contra esta mazela padecerá nos corpos a própria institucionalidade - do mesmo modo aqueles que na sua estratificação social estejam destinados a ser força de trabalho - cada vez mais longe dos valores republicanos que a criaram, colocam-se como servis ferramentas da elite social, donos dos meios de produção e donos da plataforma especulativa de mercado.

Não existe resposta fácil para o dilema de Zavalita e certamente vamos a defraudá-los ao dizer que a Manaus que idealizamos dista da crua realidade e que ao pensa-la disfarçamos nossa inconformidade histórica, que nos impede de desejá-la melhor, que seja o anseio de todos os que a possam pensa-la melhor e que para ser melhor deve ser socialmente inclusiva, no pensamento e nas oportunidades.

A idealização do passado possível como resposta aos dramas urbanos atuais é uma tarefa ingrata de antropologia social, que nos daria alguma explicação daquilo que poderia ter sido, mas nunca foi. Assim nesta obliteração chamada história da cidade, nosso desafio é encontrar as respostas que nos encaminhem a uma revolução urbana.

Não sabemos ao certo se reificar é totalmente satisfatório, aqui seria uma intuição, mas pelo menos ao mantermos uma janela aberta ao processo em si, aos meios e às apropriações que a sociedade tiver feito e pudermos ler essas “temporalidades” e seus “indícios”, então estaremos em um caminho que já foi analisado e teorizado por muitos que nos deram pistas da pergunta correta a fazer ao território. Como nos mostrou Maurice Godelier sobre o significado da cultura para as sociedades “Vemos que é impossível compreender a natureza das relações sociais sem compreender a maneira como elas são pensadas e vividas. Essas formas de pensar, de agir e de sentir constituem o se chama de uma “cultura” específica e vemos que a cultura é inseparável das relações sociais às quais ela dá sentido”. (Godelier, 2012:32).

O patrimônio maior a ser resgatado é o território, nele todas as respostas cabem, mas nele, intrinsicamente ligada está a memória do fazer histórico. A recuperação do território, portanto, será a reconciliação da cidade com a cultura.



Imagem Número 23
Classificação: iii.As permanências e o esquecimento da cidade.
Fonte: Instituto Moreira Sales, foto de Marcel Gautherot. Manaus, 1950.



Imagem Número 24
Classificação: iii.As permanências e o esquecimento da cidade.
Fotografia da Orla do Educandos e o Rio Negro, outubro de 2016.
Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar.

Resposta 2:

Manaus nunca pensou produtivamente na escala local, ela se serviu dela, mas o pensamento era eurocêntrico, de vanguarda estética apoiada na escravidão. Evidentemente na implantação deste modelo dominante edificamos uma identidade que perdura no tempo. Será que a história dos sujeitos (agentes) e dos corpos (os que o padecem) não tem espaço neste passado devorado pelo tempo e que dele só temos as cicatrizes? Será suficiente o argumento patrimonialista que acentua todos seus esforços aos objetos e em especial aos objetos de uma época em específico (a época áurea da borracha)?

As pessoas, na necessidade do fazer, estabeleceram estratégias de uso e de consumo. Elas são as que legitimam o valor identitário, dentro de uma escala social a

inventiva destes dispositivos operacionais são a essência da memória e elas não estão definidas pelo objeto, o objeto cumpre o papel de proporcionar a funcionalidade, mas para além dela as pessoas e seus modos de fazer constroem o valor da identidade.

Em nível arquitetural os edifícios institucionais (o que dele se permitiu erigir) representam no sentido lato, a quintessência da expressão simbólica de uma estrutura social, é por isso a necessidade semiótica do poder, ordem, nobreza, hierarquia etc. Nela os códigos de controle do poder e nela, portanto, apenas uma faceta da organização da estrutura social, nem a majoritária, nem a identitária, ela é expressão de uma ordem econômica dominante. Não significa que seja a única forma de expressão de um tempo a preservar. Mas é a que enfatiza os esforços históricos de um Estado-Nação que por sobre todas as demais expressões na arquitetura perpetua fisicamente o valor simbólico institucional.

A arquitetura adequa sua permanência na medida em que ela está associada simbolicamente ao poder institucional, historicamente é comum reconhecer a destruição de edifícios como uma forma de desvincular o novo momento político; em outras, os edifícios se ressignificam e novos usos vão se moldando à esta reinterpretação da história; afinal os espaços são passíveis de inserção de novos usos. Novamente é o uso o que termina por legitimar o valor do objeto.

Um banho de cachoeira no igarapé intraurbano era possível há trinta anos, a paisagem urbana entreverada com o espaço natural possibilitava relações de uso hoje inexistentes, no caso específico dos igarapés, hoje esgotos abertos que cumprem uma função negligenciada pelo poder público. Nas bordas urbanas (interiores e periféricas) representam uma negligência duplicada, no aspecto infra estrutural e no apagamento das tipologias índias, caboclas e ribeirinhas; como a palafítica e a flutuante, simbolicamente representativas do saber local, mas estigmatizadas e deploradas foram desaparecendo, no seu lugar novos espaços de questionável valor urbanizador que normatizou aquilo que era espontâneo e forçou atividades numa racionalidade como ferramenta coercitiva de novas formas de morar. Sem entender a complexidade e a riqueza das relações humanas, sociais e produtivas daquilo que apagaram. A imposição

em nome do valor urbanizador faz do morador um corpo dócil destinado a experimentar aqueles espaços que são oferecidos como a solução à precariedade de outrora.

A eliminação das tipologias palafíticas e flutuantes dentro dos limites urbanos da cidade de Manaus nos adverte da impossibilidade (por parte do poder público) de encontrar valor de uso que justifique o esforço por implantar redes de infraestrutura, a precariedade e abandono histórico das bordas e suas formas de vida foram consequência da ausência de Estado e causa do seu gradual desaparecimento. Aqui o oximoro da transformação da cidade a partir da destruição identitária, a cidade que apaga identidades em nome da identidade... A modernidade.

No Centro Histórico da cidade ocorre algo similar - com comportamentos operacionais diferentes, aqui o espaço é inapto frente as dinâmicas de uso - a solução é a profilaxia urbana, extirpar as funções do lugar e agrupá-las em guetos comerciais de baixo valor comercial. Se isola o espaço edificado da função social precarizada.

O espaço público inicialmente idealizado para cumprir função social hoje é um lugar abstrato que limita com a adequação da carcaça histórica para fins dos mais variados; mas sempre relacionados ao comércio local de pequena escala e muitas das vezes informal. Esse espaço representa uma tensão entre o valor simbólico do prédio desvalorizado e um uso temporal precário de atividades comerciais efêmeras.

7.2 OS ELEMENTOS DA COMPREENSÃO DA REALIDADE CULTURAL E O COMPROMISSO DA CLASSE PROFISSIONAL DE ARQUITETOS URBANISTAS

Na academia dentro da escola de Arquitetura e Urbanismo, em trabalhos de projeto arquitetônico é comum orientar propostas de novos espaços destinados (ingenuamente) a resolver problemas sociais, não estou me referindo as respostas espaciais definidas pelo usuário e atendidas nessa escala particularizante dentro de um programa de necessidades; senão as propostas arquitetônicas pensadas como soluções à problemáticas de ordem social como a pobreza, a marginalidade, a desigualdade.

O estudante termina por entender que a arquitetura não pode dar conta de tais complexidades. O social se transforma desde o social, e nele a arquitetura aporta com suas particularidades de ordem espacial. O que sim faz a arquitetura é estabelecer códigos estéticos e simbólicos ao passar histórico de uma sociedade, ela organiza as funcionalidades e condiciona novas dinâmicas territoriais, nesse aspecto subjaz a resposta de onde mora a memória da cidade, ela mora onde as vivências e os afetos se produzem. Sem pertencer necessariamente ao levantamento da história, ela está nos hábitos e estratégias que a sociedade traça para superar as coerções institucionais, e suas negligências.

Resposta 3:

O fazer local é periférico, subalterno e retardatário, poucos momentos nos dotaram do ineditismo e autenticidade e em todos a administração institucionalizada representou um ordenamento hierarquicamente verticalizado, as relações de poder sempre colocaram dominados e dominantes num abismo chamado acesso as oportunidades e direito à cidade. Evidentemente numa sociedade elitizada tudo o que tenha a ver com reivindicação de direitos dos desfavorecidos representa uma ameaça aos privilégios historicamente constituídos.

O modelo econômico produtivo está relacionado intrinsecamente a esta estrutura social historicamente determinada, e assim como ela é reacionária frente as mudanças deste equilíbrio instável – produto da desigualdade social que promove – ela é insensível às condições técnicas e científicas que possam alterar o status quo que os privilegia.

Como sabemos, não existe moral possível nas leis do mercado e se delas dependesse nada seria regulado pelo Estado, esta teleologia está a serviço do lucro e os detentores do capital são corruptores do papel regulador do Estado. Nesse contexto e neste momento a lógica do consumo ultrapassou toda lei e toda moral.

Tudo em nome do progresso, aquela simbologia linguística que falsifica o sentido real do moderno, a relação de independência entre a ciência e o poder. A estratégia da falsificação linguística e simbólicas está presente no desenvolvimento cultural; termos como liberal, liberdade, moralidade, revolução, modernidade, progresso, identidade, soberania; são reflexo (nada coincidentemente) da passagem do mundo feudal pré-capitalista de elite aristocrática para o mundo capitalista de elite burguesa, o novo ordenamento estrutural produtivo precisava de uma nova ferramenta retórica que se suporta a representação do novo modelo. Criando uma pedagogia da ambiguidade semântica.



Imagem Número 25
Classificação: iii. As permanências e o esquecimento da cidade.
Praia da Ponta Negra, zona Oeste de Manaus, anos sessenta.
Foto: Hamilton Salgado - In.: Instituto Durango Duarte



Imagem Número 26
Classificação: i. O grau de transformação do território.
Praia da Ponta Negra, Vista aérea da Praia da Ponta Negra, novembro de 2015
Autor: Gonzalo Renato Núñez Melgar.

Dentro do nosso microcosmo social, nenhuma surpresa, tudo segue o roteiro global, as mesmas mazelas que podemos ver em outras cidades latino-americanas e brasileiras estão presentes na principal cidade produtiva da Amazônia. Com uma forte diferença a respeito dos outros centros urbanos, também periféricos, subalternos e retardatários; aqui a distância cultural representa extremos antropológicos, a cidade funcionalista transforma um território que se organizou historicamente no saber local milenar de estágio nômade e coletor, que corresponde ao horizonte paleolítico. Nela impacta a modernidade que produtivamente foi idealizada na ordem distante, particulariza a terceirização capitalista e ao mesmo tempo mantém características de todo modelo amparado pelo pensamento neoliberal.

O fazer do arquiteto urbanista em Manaus, desprovido do amparo político institucional - que fomente a inclusão urbana e a redução da distância social entre ricos e poderosos versus pobres e despossuídos- só contribui à produção de objetos arquitetônicos de finalização estética efêmera para poucos privilegiados. O discurso romântico e positivista da transformação social a partir do espaço esconde a reprodução e continuidade da ordem neoliberal - desnuda sua fragilidade e seu cinismo.

O sentido da compreensão holística multidisciplinar - opositora da tendência educativa da especialização extrema dentro da profissão - oriunda do pensamento paradigmático da arquitetura e do urbanismo nos fazem pensar, que hoje na cidade de Manaus, nada do que se faz em nível de transformação espacial representa uma revolução urbana, nem o particular nem o institucional. O particular por ser pontual transforma apenas a forma de vida do sujeito individual; e o institucional que dá respostas espasmódicas que não proveem da abertura verdadeiramente democrática de todos os interesses sociais e suas representações. O resultado é a cidade do pensamento único (Maricato, 2000), do capital e seus interesses amparados pelo modo de produzir cidade ao longo da história de Manaus.

Pensar e agir pedagogicamente significaria em princípio a possibilidade de visualizar uma revolução urbana do pensamento utópico. Fortemente ancorado nas necessidades sociais. Pensar a utopia significa na nossa profissão considerar a verdade científica no amplo sentido da palavra, o utopicamente transformador requer retomar a escala holística do fazer social da profissão, onde compreensões de ordem sociológica e histórica são nossos norteadores e programadores de um lugar melhor, neste contributo a vanguarda da transformação as vezes encontra espaços para serem realizáveis. As utopias se tornam concretudes na medida em que a superestrutura as abriga.

Não pretendamos disfarçar o moderno com o comportamento sectário de classe, não tem encantamento o que se produz desde a desigualdade, para a desigualdade. O anseio pelo reconhecimento social é vazio se ele só é reconhecível e serve apenas aos poucos privilegiados, o aporte profissional dentro da estrutura de poder só tem legitimidade se ele responde ao entendimento da complexidade social da qual ela da

resposta. Sem falsificações semânticas de resultados caricatos e pequenos do que é a missão social para a qual a institucionalidade foi criada.

O antropoceno nos alertou sobre a realidade do finalismo, a ciência já não é refutada por uma ciência melhor, ela se refuta com desinformação alimentada pelas novas tecnologias de comunicação social, que são lenta e tardiamente reguladas após a destruição das nossas frágeis democracias, assim a usurpação se traveste de republicana, autopromocional de (velhas) novidades, morais e incorruptíveis. Fomentam o niilismo e consolidam ao redor do mundo governos de ultradireita, que dentro da sua retorica da confusão alimentam a máquina capitalista ao ponto tal que visibilizam sua autodestruição.

.... Mas, a pergunta é sobre a relação científico técnica e o fazer da cidade de Manaus. Sim, então poderíamos interpretar a resposta particularizante associada a este preambulo global, dentro desta sub pergunta:

Qual é a técnica que o arquiteto e urbanista opera; e qual é sua responsabilidade na continuada construção da cidade abstrata, fragmentada e de identidade difusa que caracteriza a Manaus?

Poderia responder à pergunta e a sub-pergunta com outra pergunta:

A cidade de Manaus, que precarizou o território, sua qualidade e sua eficiência; encontra no fazer do arquiteto urbanista um agente da revolução urbana ou da consolidação do status quo?...

Resposta 4:

Existem diferentes escalas teleológicas e operacionais dentro do fazer urbano, antagônicas são o poder político institucional (que exerce uma coerção normativa de gestão) e a base da estrutura social definida pelos processos de produção e consumo, podendo ser institucionalizados e os não institucionalizados. Os institucionalizados agem ao amparo da institucionalidade e são impulsados pelos detentores do capital e dos meios de produção. Por outro lado, os que através do consumo de baixa regulação, reproduzem a força de trabalho. Esta divisão do modo funcional da estrutura social

termina determinando a estrutura espacial assim como suas permanentes transformações.

Na cidade de Manaus o poder político institucional opera no território em todas suas escalas supra municipais, quer dizer que convivem as esferas federal, estadual e municipal num mesmo espaço político. A atenção dos esforços se concentra historicamente na capital e as assimetrias comparadas com o resto de municípios é abissal.

Contudo o papel edificador das políticas públicas sempre retardatárias e deficitárias, à luz do crescimento exponencial da cidade. Afinal foi-se o tempo onde o papel propiciador do bem-estar social recaia no Estado, hoje esse papel foi usurpado pelo mercado e sua onda privatizadora sedenta de lucro.

O espaço é um produto dentro da sua lógica a do valor de troca, assim um espaço que não dá lucro é um espaço a ser privatizado e se não é rentável ele é precarizado.

Por outro lado, a função de normatizar e fiscalizar (o uso do solo, a sua densidade e expansão urbana) é ineficiente e retrata a incapacidade no déficit de respostas as demandas de uma cidade em expansão. Os instrumentos de gestão e sua forma de colocá-los em prática não representam a pluralidade e independência política que deontologicamente se requer.

Processos endógenos distam do pacto social das forças produtivas e de todas as representações, o pensamento único e direcionado a um modo de fazer é a marca da forma de fazer cidade em Manaus.

A reação social deste drama explica a força transformadora da implantação espontânea caracterizada pela urgência de produzir espaço alheio ao aporte técnico especializado, legítima no uso - e seus posteriores hábitos consolidados dentro de um tecido social indelével-; a perpetuação espacial da necessidade.

Há por certo, profissionais que lidam com os territórios e os espaços dele decorrentes de forma muito consciente dessa disparidade. Para o bem e para o mal! Os que entendem essa disparidade como consequência “natural” da disputa pela vida

cotidiana nos espaços da cidade, estes não deveriam ter lido esse texto e estas reflexões dos amigos arquitetos. Os que percebem essa disparidade como motivo primordial da importância de formar arquitetos e urbanistas sensíveis aos dramas da história, das temporalidades sociais e culturais, sim, é a estes que esse texto se destina.

A cidade é, portanto, a oposição conceitual entre a ordem planificadora institucional - com todas suas incompletudes e coerções – e as relações sociais de consumo. A primeira gera uma abstração instrumental e exerce poder controladora ferramenta ao serviço do capitalismo e a segunda é uma estratégia urbana baseada no empirismo que do mesmo modo exerce restrições espaciais e está legitimada pela subsistência social. Uma oculta no ordenamento as dinâmicas produtivas de reprodução social e a outra revela a necessidade da participação planificadora que garanta sua funcionalidade técnica.

8 BIBLIOGRAFIA

- BAUMAN, Zygmunt. Ensaios sobre o conceito de cultura. Tradução de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012
- BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. In: Revista de Arqueologia, n.21 v.2, 2008, p. 9-23.
- BERGER, John. Mirar. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Questões suscitadas pelos conhecimentos tradicionais. In: Revista da Antropologia, v. 55, 2012
- CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CERTEAU, Michel: A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CUSICANQUI, Rivera Silvia. Sociología de la imagen: ensayos. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.
- CUSICANQUI, Rivera Silvia. Ch'ixinakax utxiwa : una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores - 1a ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.
- DESCOLA, Philippe. Construyendo naturalezas: ecología simbólica y práctica social. In: DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gisli. Naturaleza y sociedad: perspectivas antropológicas. México: Siglo Veintiuno, 2001
- EAGLETON, Terry. A ideia de cultura. Tradução: Candra Castello Branco. São Paulo. Ed. UNIFESP, 2011.
- FREITAG, Barbara. Teorias da Cidade. Campinas: Papirus, 2006.
- FREITAG, Barbara. Cidade dos Homens. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- FOUCAULT, Michael. A ordem do discurso, 3 ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GODELIER vs. CLASTRES: Polêmica na Antropologia. In: Zona Erógena: Buenos Aires: 1993, nº16, p. 1-10.
- GONZALES, Porta Mario Ariel, Estudos neokantianos. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo: EESC, 1997.

GUATELLI, Igor. Arquitetura dos Entre – Lugares. São Paulo: Senac, 2012.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Guacira Lopes Louro & Tomas Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

FONTCUBERTA, Joan (1997). El beso de Judas. Gustavo Gili.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. São Paulo: Paz Terra, 1969.

HERTZBERGER, Herman. Lições de Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LATUOR, B. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: ed.34, 1994.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2009.

LEFEBVRE, Henri. A Cidade do Capital. São Paulo: DP&A, 2009.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio, Capitan Swing: Madrid, 2013.

LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. Lisboa: 70, 2009.

MARIATEGUI, JOSÉ CARLOS, Obras Completas, Amauta, Lima, 1970

MESQUITA, Otoni Moreira de. La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900) / Otoni Moreira de Mesquita. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Cidades na selva. Manaus: Valer, 2000.

RICOEUR, Paul. História, Memória, Esquecimento. Conferencia proferida em Budapest em 2003

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2013

SANTOS, Milton. A natureza do espaço urbano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOULAGES, François. Estética da fotografia Perda e permanência. São Paulo: Senac, 2010.

ZAVALETA Mercado, René. La autodeterminación de las masas / René Zavaleta ; antología y presentación, Luis Tapia. — México, D. F.: Siglo XXI Editores ; Buenos Aires: CLACSO, 2015.